



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 75, SÁBADO, 3 DE JUNHO DE 2017



BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

**Deraldo Ruas Guimarães**  
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 79<sup>a</sup> SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE JUNHO DE 2017**

1.1 – ABERTURA .....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) .....	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Comentários a respeito do livro de autoria de S. Ex <sup>a</sup> intitulado “O Dragão Debaixo da Cama” .....	6
Senadora Ana Amélia – Considerações sobre PEC relatada por S. Ex <sup>a</sup> que muda a forma de escolha dos Ministros do STF; e outros assuntos. ....	14
Senador Acir Gurgacz – Críticas à política econômica do Governo Federal e defesa de uma maior redução das taxas de juros no Brasil; e outro assunto. ....	20
Senador Paulo Paim – Registro de documento da consultoria do Senado Federal a respeito do relatório apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço sobre a reforma trabalhista; e outros assuntos. ....	25
1.3 – ENCERRAMENTO .....	28

### PARTE II

#### **2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 79<sup>a</sup> SESSÃO**

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Comunicação	
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática no Senado Federal, de desligamento do Senador Acir Gurgacz da Comissão de Assuntos Econômicos ( <b>Ofício nº 68/2017</b> ) .....	30
2.1.2 – Despacho do Presidente	
Deferimento do Requerimento nº 408/2017. ....	32



### **2.1.3 – Mensagem do Presidente da República**

Nº 180/2017, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei que "Confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Gado Jersey", sancionado e transformado na Lei nº 13.447/2017. .... 34

### **2.1.4 – Pareceres**

Nº 38/2017-CRE, sobre a Mensagem nº 26/2017. ....	36
Nº 39/2017-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2017. ....	42
Nº 40/2017-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2017. ....	52
Nº 41/2017-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35/2017. ....	59
Nº 42/2017-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2017. ....	65

### **2.1.5 – Recursos**

Nºs 6 e 7/2017, interpostos no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 584/2011 e 443/2016. **Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos referidos projetos.** .... 74

### **2.1.6 – Término de prazos**

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 72/2016 continue a sua tramitação. ....	77
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 79/2015 e 15/2017. ....	77
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 331/2016. ....	77

## PARTE III

<b>3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA</b> .....	78
<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> .....	79
<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA</b> .....	82
<b>6 – LIDERANÇAS</b> .....	83
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	87
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> .....	95
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> .....	98
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	144



Ata da 79<sup>a</sup> Sessão, Não Deliberativa,  
em 2 de Junho de 2017

3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 55<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência da Sra. Ana Amélia e do Srs. Acir Gurgacz e Paulo Paim.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 18 minutos e encerra-se às 10 horas e 53 minutos.)*



**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, irá à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do Sumário**)

Eu convido para fazer uso da palavra o Senador Paulo Paim, antes falando também dos problemas climáticos que afetaram a Região Nordeste do País e também o Estado do Rio Grande do Sul, onde as intensas chuvas, nesses últimos dias, fizeram com que 41 Municípios, em diversas regiões, decretassem situação de emergência, em razão dos estragos e dos prejuízos.

O Rio Grande do Sul segue castigado pelos efeitos do volume de chuva registrado nas últimas semanas de maio. A chuvarada deve dar uma trégua nos próximos dias, mas volta com força na metade da semana que vem, segunda a Somar Meteorologia.

No fim da tarde de ontem, subiu para 41 o número de prefeitos gaúchos dos 74 Municípios que tiveram algum tipo de dano e que decretaram situação de emergência, principalmente em razão de alagamentos. No último boletim da Defesa Civil, quinta-feira, 903 famílias seguem fora de suas casas, 674 desalojadas e 229 desabrigadas. O Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, Luciano Pinto, está vindo à Brasília na semana que vem, para uma audiência, para tratar com o Ministro da Integração Nacional sobre os recursos necessários para isso, a exemplo do que o Ministro já fez em relação à região do Nordeste, em que vários Estados estiveram também enfrentando o gravíssimo problema, inclusive com a visita do Presidente da República.

Convido para fazer uso da palavra, nesta manhã, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Ana Amélia, que preside os trabalhos desta manhã de sexta-feira. Senador Acir Gurgacz, que está se deslocando já para o plenário também – sua assessoria já comentava comigo.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidenta, hoje pretendo falar na tribuna sobre esse livro que lancei na segunda-feira, com o título *O dragão debaixo da cama*. E, a partir do lançamento, milhares de pessoas de todo o País começaram a pedir o livro. Eu tenho dito que, dentro do possível, claro, nós vamos remeter para todos os Municípios.

Por que se interessaram tanto? Porque, na verdade, a chamada do livro é esta, ele se refere aos impactos das reformas previdenciária e trabalhista sobre a vida dos brasileiros. E aqui dentro, entre tantas coisas que falo, eu digo que escrevemos poemas com gosto de poesia e pintamos horizontes com alma das gerações, mas sempre em um viés do social. O primeiro livro que eu escrevi aqui no Parlamento foi *Política em Poesia*.

Esse é um livro real. Houve a colaboração, para que esse livro chegasse a este momento, de cerca de 40 especialistas que se dedicaram a escrever sobre o livro. Então, como a população, de fato, quer algo concreto para analisar a reforma da previdência e trabalhista, nós imprimimos na nossa cota, aqui no Senado, esse livro sobre os impactos da reforma da previdência e trabalhista no dia a dia dos trabalhadores.

E pretendo aqui, Sr<sup>a</sup> Presidenta e Senador Acir Gurgacz, fazer um resumo, na verdade – porque não vou poder ler todo o livro –, informando já aqui, como eu dizia, que, na última



segunda-feira, dia 29 de maio, lançamos, na Comissão de Direitos Humanos daqui, do Senado, o livro *O dragão debaixo da cama – impacto das reformas [previdenciária e trabalhista] na vida dos brasileiros*. A obra é assinada por este Senador e por mais 40 convidados.

Na abertura do livro, como eu digo com brevíssimas palavras, eu resgato artigos, ideias, pensamentos de lideranças sociais, sindicais, intelectuais, populares, jornalistas, juízes, professores e especialistas nessa área da Previdência Social e dos direitos dos trabalhadores.

Aqui está o pensamento de homens e mulheres com gritos insaciáveis por justiça e oportunidades iguais para todos. É uma obra coletiva, não somente do Senador Paulo Paim. Repito, e assim falei na abertura: é uma obra coletiva que faz uma reflexão e a análise do momento atual e que vem a somar-se à resistência de outras iniciativas, como foi a do dia 8 de março, Dia das Mulheres, a do dia 15 de março, um grande movimento nacional, a do dia 31, a do dia 28, na chamada e lembrada paralisação geral, e a do dia 24 agora.

Lembramos mais que essa discussão do livro não está fechada em seu próprio universo. Longe disso: é uma motivadora de mais possibilidades, de mais debates, de mais discussões, de mais mobilizações, apontando estratégias e táticas, ações efetivas, povo na rua, o bom debate no Parlamento, para avançarmos numa pergunta que não quer calar – tudo isto está no livro –: que País é este? E assim definirmos o Brasil dos nossos sonhos, o Brasil que desejamos. Que tenhamos, com esses debates todos, a construção de um projeto de Nação.

Confesso que muitos me perguntam: mas eleições diretas ou indiretas, quem é o nome? Eu respondo que não estou à procura de nomes; eu estou à procura de propostas. E propostas, eu tenho certeza, de forma coletiva, nós haveremos de construir.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o Governo Federal, ao capitaneiar as reformas previdenciária e trabalhista, usa e abusa de argumentação técnica, mas ignora que, atrás de números e gráficos, existem vidas. Quando eu olho para a CLT, eu olho para o social. Quando eu olho para a nossa Previdência, eu olho para quê? Para a Previdência Social e o nosso sistema de segurança social. Mas alguém poderia perguntar... Eu digo "nós avançamos porque a CLT dará vagas". Até hoje, 85% dela foi modificada, foi atualizada, foi ampliada. Nós temos a nossa Previdência, que é o melhor instrumento de distribuição de renda de todo o País. Nossa sistema de segurança social é onde está a assistência, a saúde e a Previdência.

Mas, enfim, esse livro fala de toda a nossa gente. São os corações vibrantes dos sulistas, dos praianos, dos pantaneiros, dos irmãos das florestas e do torrão seco que pede água para produzir o pão que construiu e constrói em suas mãos calejadas, para o avanço do nosso País.

Sair do contexto de não valorização do povo brasileiro e de esquecimento profundo do suor dos bisavós, dos avós, dos pais, dos jovens, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, que construíram tudo isso, daqueles que acordam antes do apito das fábricas e adormecem depois que os filhos fecham os olhos, é desprezar e tratar como mera mercadoria a nossa gente.

Buscamos a humanização da política. Assim, agimos no Parlamento. Esta é a nossa lei principal: descobrir o outro, evoluirmos espiritualmente, aproximando ideias, desejos e angústias de todo o nosso povo; dividindo esperanças, expectativas e deixando cristalino, como o sol refletido na água, o caminho que queremos; olhando sempre que a tendência dos rios é terminar no mar. E nós queremos que todas as ideias que forem construídas, que forem apontadas, sirvam para isso que eu chamo um projeto de Nação. Temos que pensar em amor, temos que pensar num debate em que a intolerância e a ignorância sejam colocadas de lado.



Qualquer projeto de Nação tem que ter como princípio o respeito à dignidade e à sabedoria da nossa gente. Assim nós cremos, assim nós agimos. Escrevemos poemas, sim, como eu disse, com gosto de poesia e pintamos horizontes com a alma de gerações.

Este livro não é uma obra – peço a todos que tiverem acesso a ele – para ficar empoeirada nas estantes e nas gavetas. É um livro de passar adiante, de mão em mão. Peço o compromisso de todos vocês, para que, após a sua leitura, ele seja repassado aos familiares, aos amigos, vizinhos e colegas, e que eles também tenham o mesmo compromisso: humanizar, humanizar, humanizar.

A luta contra as reformas previdenciária e trabalhista é gigantesca. Podem crer.

O dragão não mora mais ao lado. Agora, ele está ali, debaixo das nossas camas. Portanto, precisamos redobrar a nossa vigília. Cada um de nós tem um pouco de responsabilidade, lembrando sempre que "o fácil fizemos ontem, o difícil realizamos hoje, e o impossível alcançaremos amanhã".

*O dragão debaixo da cama – Impactos das reformas previdenciária e trabalhista* vem justamente para registrar este momento atual do Brasil. Na introdução, eu coloco que os ataques aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas do povo brasileiro não são de agora. Vêm de longa data.

As forças retrógradas, conservadoras, antinacionais e antidemocráticas que atuam nos poderes constituídos são enormes. As elites e os poderosos insistem, de todas as formas e maneiras, em aniquilar a nossa pedra sagrada, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os nossos pilares civilizatórios, como dizia Ulysses Guimarães, da nossa Constituição cidadã de 1988. Eles dizem que é muito detalhista, que tem muitos direitos sociais e, por isso, temos que, devagar, ir alterando toda ela. Só que esse devagar de repente virou, do dia para a noite, mexerem com profundidade nos direitos do nosso povo e da nossa gente.

Em 1998, foi apresentado o projeto de terceirização, que está contemplado infelizmente nesta reforma e, inclusive, é um projeto semelhante já sancionado pelo Presidente da República. Em 2001, surgiu o 5.483 que flexibiliza a CLT. À época, eu estava ainda no quarto mandato de Deputado Federal, mas, em novembro, ao discursar na tribuna, destaquei algumas folhas da Constituição para simbolicamente dizer que lá eles já estavam arrancando a alma e o coração dos direitos dos trabalhadores.

Quando eu fiz esse gesto lá, quando Deputado, deu um entrevero muito grande e, se não fossem homens... Vocês lembram de um deles aqui, como o meu amigo Jarbas, Deputado na época, um grande orador que foi à tribuna e disse: "Pelo gesto que Paim fez, deslocando uma folha da Constituição, e agora sei que ameaçam que vão processá-lo, podem saber que eu serei o primeiro a estar na tribuna a defendê-lo." Ninguém ousou, a partir dessa fala do grande Deputado, orador e jurista, meu amigo Jarbas, falar pessoalmente o nome dele porque o conheço há muitos anos, não houve aquele avanço.

Lembro-me de que naquele momento fui provocado, na tribuna, por palavras racistas e discriminatórias. Encaminhei, pela via aérea, uma Constituição em direção àquele que assim me agredia, mas felizmente tudo se resolveu. E foi naquele momento que eu resolvi ser candidato a Senador. Conto tudo isso no livro. E aqui nós derrubamos o projeto que infelizmente feria de morte a nossa CLT e a alma da nossa Constituição.

Lembro-me de que, na época, Nilson Mourão, então Deputado do PT do Acre, ponderou que não poderíamos enfrentar o debate enquadrado numa ordem hipócrita e injusta, afirmando que a



nossa luta é reconhecida pelas causas populares que sempre defendemos, que defendem os pobres, os explorados, os esquecidos, os aposentados e os trabalhadores.

Em 2003, como Senador da República, conseguimos então, como eu dizia, arquivar o projeto aqui no Senado. Depois vieram novas tentativas de ferir a dignidade do trabalhador por meio de apresentação de projetos da redução da jornada de trabalho com redução de salários, do Simples, de uma forma tal que o Simples seria somente retirar direito dos trabalhadores, e inventaram até um novo Código do Trabalho que também retirava direito dos trabalhadores.

Hoje, conforme o Diap, existem mais de 80 projetos tramitando no Senado e na Câmara que ameaçam conquistas históricas. Entre eles, podemos destacar o que prevê o negociado acima do legislado. E aí, vejam bem, a lei só não vale mais para o trabalhador, só vai valer para aqueles que têm o poder da força de impor a sua posição em detrimento do que está na própria lei. E eu tenho dito, se a lei não vale para o trabalhador, então não tem que valer para ninguém. Lei é para todos. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é um direito do trabalhador. Negociaremos acima da lei, mas não rasgar a lei para tirar direitos.

Tivemos, em todo esse período, tentativas de reforma da previdência. A mais forte e contundente atinge a vida presente e os anos vindouros de brasileiros, por iniciativa do atual Governo, que fere a todos.

Aqui me lembro de um artigo que escrevi, há um tempo. O cenário se passa no século XIX, quando era a lei do mais forte, uma história sobre homens mercenários, deslealdades e mundos falsos, com o título *Os Abutres Têm Fome*. Sempre que irrompe uma crise econômica, os governos se utilizam da mesma forma simples, mas desprovida de diálogo, ortodoxa, para não dizer grosseira: fazer a corda arrebentar sempre do lado dos mais fracos.

Olhe hoje, por exemplo, veja o absurdo a que chegamos: o que dizem os governantes? Se se acabar com a previdência pública, está tudo resolvido no País; se se acabar com a CLT e o direito dos trabalhadores, está tudo resolvido no País. É grotesco. É uma proposta, inclusive, de uma certa ignorância de quem não entende que a seguridade social, em que está a previdência, é uma marca de responsabilidade social, é um instrumento para atender aos mais pobres, aos mais fracos e que a CLT são direitos conquistados, ninguém nos deu de graça. E querem numa canetada acabar com esses direitos.

É tão ruim o projeto que vem da Câmara – e, no livro, eu comento –, que o próprio relator já listou seis pontos que entende que, em hipótese alguma, poderiam estar nesse projeto e que, se ele não puder, mediante acordo, ver a sua rejeição neste plenário, que pelo menos quem estiver na Presidência da República rejeite.

Vale registrar que até mesmo os Estados Unidos da América, em plena crise econômica, na década de 1930, implantou uma série de medidas, entre elas, a criação de um enorme programa de ajuda social para os desempregados, o aumento de imposto para os mais ricos, que são 5% somente. Ou seja, o andar de cima foi chamado a contribuir e não tirou do andar de baixo.

É importantíssimo destacar, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senador Acir Gurgacz, que, nesse abre cancha, a representatividade da classe trabalhadora e dos movimentos sociais e populares no Congresso Nacional perdeu força nos últimos anos, perdeu 50% dos Parlamentares que defendiam efetivamente os trabalhadores. Atualmente, no Senado e na Câmara, grande parte é comandada por grandes empresários. Isso não quer dizer que não haja aqui empresários que tenham responsabilidade social, mas me preocupa quando há esse desequilíbrio. Nós fomos ver a votação da reforma trabalhista na Câmara: dos votos dados, 75% eram empresários – 75%.



E falo isso com muita tranquilidade, Senador Acir Gurgacz. Conheço, por exemplo, a sua atuação, como conheço outros aqui no plenário. Sempre digo que ser ou não ser empresário não é a questão: ser empresário e ter responsabilidade social. Esses sempre terão o meu carinho, o meu respeito, e tenho dialogado com eles, como dialoguei agora, inclusive com os devedores da previdência na CPI da Previdência, e foi um debate num alto nível. Muito deles me...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... explicaram: "Senador, a nossa dívida aqui, em nenhum momento, foi apropriação indébita." Esta é uma das grandes preocupações minhas: que se retire o dinheiro do trabalhador e não o repasse. A dívida de alguns que estavam lá, da área da educação, eles nos mostravam, foi no momento em que eles perderam o direito de ser considerados uma entidade que efetivamente trabalhava pelo social, que fazia o trabalho benéfico, que atendia milhares de pessoas com bolsa de estudos. A partir desse momento, começou um processo se eles tinham ou não o direito a continuar com a contribuição da parte do empregador. E foi interessante ouvir de todos essa visão.

Não tenho dúvida alguma...

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Acir.

Eu peço uma tolerância da Presidenta, para que nós possamos, nessa linha de construção coletiva, apontar caminhos para o nosso País em todos os sentidos.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Estou aqui, atento às suas colocações, Senador Paim, e, de fato, quando a crise bate à porta, ela causa um desequilíbrio nas famílias, por conta do desemprego, e nas empresas, por conta da falta do consumo. Então, a crise desestabiliza a economia e, quando desestabiliza a economia, pega a todos, empresários pequenos, médios, grandes, e quem sofre é o trabalhador, que é o principal prejudicado infelizmente, porque perde o seu emprego. Então, temos que cuidar de todos, porque não há emprego sem empregador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concordo plenamente.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E não há empregador sem o servidor, o funcionário. Então, é um conjunto de ações que precisa ser levado em conta. Temos que cuidar da economia como um todo, com o objetivo principal de cuidar da maioria da população brasileira, mas, para cuidar da maioria, nós precisamos cuidar de quem gera emprego. Depois eu vou falar um pouco também sobre a questão dos juros. Os juros continuam altos, os juros reais não baixaram, e isso é um dos problemas sérios que nós temos neste momento e causa a falta do consumo. Não está havendo investimento nas empresas, as pessoas também não compram, porque estão com medo de fazer dívidas, e é fato, não é o momento para nenhum tipo de endividamento. Enquanto não houver uma sinalização clara do setor da economia brasileira com relação à queda dos juros, à estabilidade da economia, não haverá consumo e não havendo consumo, nós não vamos ver a retomada do crescimento. Ou seja, a retomada do crescimento é o retorno do emprego para a população brasileira. Eu entendo que a



sua colocação é sempre muito ponderada, e exatamente esse é o caminho que nós temos que trilhar. Resumindo tudo isso, vem a corrupção, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Olha como tem feito falta ao País esse dinheiro que foi desviado. Quando se fala... Eu ouvia... E quem não ouviu as delações dos integrantes da JBS?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da JBS.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Parece que é uma coisa natural, normal. Aquilo aconteceu e passou, nós vamos embora e está tudo bem. Eles alegam que todo o dinheiro que foi doado é propina. É propina, porque recebeu algum benefício. E cadê o dinheiro do benefício?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém dá propina de graça, não é?

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É. E cadê o dinheiro do benefício? Isso tem que retornar ao País. Uma empresa ou um grupo econômico que sai de um investimento de R\$1 bilhão para R\$179 bilhões... Está aí a diferença do benefício que houve. Então, nós precisamos trazer de volta esses benefícios indevidos que foram dados a essa empresa, frutos de corrupção. Algumas pessoas estão dizendo hoje que o crime está compensando. Olha o que aconteceu com o Grupo JBS. Nós não queremos que isso aconteça jamais. Esse sentimento do povo brasileiro é que desencadeia, como consequência, essa insegurança no Brasil inteiro, pois as pessoas estão roubando. "Se roubam lá em cima, eu posso roubar aqui embaixo também." Isso é uma cadeia, é cíclico. Nós temos que achar uma maneira para que tudo isso se estanke e nós possamos ver as pessoas retomando o emprego novamente. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Acir. Eu concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup>.

No meu livro, eu falo da corrupção também e digo que doa a quem doer – de outra vez eu falava isso com a Senadora Ana Amélia –, independentemente do partido. São 28 partidos denunciados, e doa a quem doer. Quem entrou na linha da corrupção, e V. Ex<sup>a</sup> lembra que é propina, que vá responder por isso, que responda pelo que fez. Eu tenho sempre o cuidado de não ficar rotulando esse ou aquele partido, porque, às vezes, quem cospe para cima – desculpe pela expressão – isso acaba caindo nas pessoas de todos os partidos. Não estou falando de forma individual. Sei da sua postura, sei da postura da Senadora Ana Amélia e sei da minha. Mas as denúncias que chegam atingem 28 partidos. E eu cito isso aqui. Quem vacilou, seja o partido que for, que vá responder por isso.

Eu tenho gostado muito do seu candidato a Presidente, Ciro Gomes, e digo de público isso. Ele tem batido muito firme nessa questão dos juros, como V.Ex<sup>a</sup>, que é coerente, também lembrou aqui agora.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele é um cara, um camarada – cara porque é o cara –, capacitado, preparado. Alguns dizem que ele vai



além. Mas, às vezes, a indignação faz com que a gente mesmo fale um pouco mais. Mas ele tem tido uma postura muito clara e muito firme em relação, no meu entendimento, ao combate à corrupção, à impunidade, e aponta caminhos.

Sabe que a primeira vez que eu o ouvi dizer – sou obrigado a dar esse depoimento, porque eu procuro sempre falar a verdade, e isso pode ser uma dedução que vai sair da CPI – que a contribuição para a Previdência devia sair da folha e ir para o faturamento... Ouví isso do Ciro a primeira vez numa palestra. Guardei aquilo e comecei a trabalhar a respeito. O Governo, quanto optou para sair da folha e ir para o faturamento, cometeu um erro de cálculo de projeção atuarial. Mas se você conseguir construir um número e botar sobre o faturamento e não mais sobre a folha...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por que qual é o problema do faturamento e da folha? Quem emprega mais paga muito. E um banco, por exemplo, que emprega quase que meia dúzia e lucra bilhões, não paga nada, pois vai pagar sobre a folha, vai pagar para aqueles funcionários que ele tem. Então, esta é uma construção que nós podemos ir fazendo juntos, claro, num grande entendimento: deixar de cobrar 20% sobre a folha e partir para o faturamento. Daí, de fato, quem fatura mais paga mais para a Previdência; quem fatura menos paga menos e pode ser um percentual adequado.

E mostro – e aqui eu vou na linha de conclusão – que nós estamos na mesma linha, Senador Acir, que é do PDT; PDT que eu homenageava ontem na CPI, falei de João Goulart, falei de Brizola, falei de Getúlio Vargas, todos lembram essa luta que começou lá, com Getúlio, enfim, com o trabalhismo.

Eu digo aqui o que eu dizer, e V. Ex<sup>a</sup> entrou bem no momento:

Somando-se a isso, temos um aumento do número de saqueadores...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

... da dignidade da nossa nação: corruptos e corruptores. [Eu aprofundo no livro, aqui eu estou sintetizando]

Não tenho dúvida alguma que só vamos sair deste atoleiro através da junção de todas as nossas forças [aí vai na linha que V. Ex<sup>a</sup> lembrava, de empregados e empregadores que tenham o compromisso, de fato, com o País, com a nossa Pátria e com o social], deixando de lado as diferenças e apostando firmemente na nossa capacidade de articulação e mobilização, através do bom debate [e do bom combate nas diferenças, que são normais entre nós], utilizando as armas do pensamento, do diálogo, do equilíbrio e da proposição [proposta: projeto de nação].

Na madrugada de 1º de maio de 2001, Dia do Trabalhador, estávamos [me lembro] em uma vigília na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, juntamente com a Federação dos Aposentados...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –



[ali lutávamos pela valorização do salário mínimo] [...].

Lá pelas tantas, alguém me passou um bilhete com um texto do historiador e geógrafo grego Heródoto (420 A.C):

"De todos os espartanos e théspios que combateram com bravura, a maior prova de coragem foi dada pelo espartano Dienekes. Dizem que antes da batalha um nativo da Trácia lhe disse que os arqueiros persas eram tão numerosos que, quando disparavam seus arcos, as massas de flechas bloqueava o sol. Dienekes, no entanto, diante da força do exército persa, simplesmente comentou: 'Ótimo. [...] [Faremos o bom combate], então, à sombra' [das flechas].

Eu guardei isso; para mim é importante essa frase final. Quer dizer, a gente tem que fazer sempre o bom combate...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... respeitando a opinião de cada um, mas que prevaleça aqueles que efetivamente defendem causas, e não coisas. Aqueles que defendem coisas têm que ser derrotados, porque quem defende coisa está sempre pensando somente no seu interesse particular, e não no de seu povo.

Concluindo, Senador, antes de finalizar a minha fala de hoje, quero agradecer de coração a todos e a todas que aceitaram o meu convite para participar do livro "O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas previdenciária e trabalhista na vida dos brasileiros".

Está aqui à disposição de todos, e vamos também botar na internet, para que todos possam ter acesso.

Agradeço a todos essa oportunidade e termino só dizendo na última folha, Sr<sup>a</sup> Presidenta:

Vivemos e esperançamos

Antes de presidir uma reunião para evitar uma guerra...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

... na antiga Iugoslávia, o presidente da República Checa, [...], disse a um grupo de jornalistas: "Sou esperançoso. Pois sem esperança não haverá progresso. A esperança é tão importante quanto a vida em si".

É com esse firme sentido de esperança e de vida que todos nós enfrentamos a cada dia o fogo de muitos e muitos dragões.

Temos agora um embate dos mais difíceis [...]

Eu sei, eu sei; eu sei que será difícil. Eu tenho quase que dormido aqui dentro; de segunda a sexta, como é hoje. Estamos aqui preocupados com as reformas da previdência e trabalhista. Sei que será um debate duro na próxima terça-feira na Comissão de Economia. Vou ler o meu voto em separado.

Sei que teremos um debate duro na questão da reforma da Previdência, mas podem todos saber – estou com 67 anos, quase 70, e digo isso com satisfação; não tenho problema algum com a idade – farei o combate como se fosse um menino de 18 anos, porque entendo que a causa é justa. Farei o combate no campo das ideias, no campo das causas. Cada um argumente da melhor forma.



Acho que é possível sairmos desse atoleiro, sem trazer prejuízos. E a CPI mostra isto: é uma farsa o déficit da Previdência para os aposentados e para os trabalhadores, apontando aí por que sou contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Digo, Sr<sup>a</sup> Presidenta, que nunca os direitos sociais e as conquistas do nosso povo foram alvo de tantas ações ofensivas. Nunca! Estou aqui há 32 anos. Poderia lembrar, inclusive, por exemplo, no enfrentamento que fizemos à ditadura. Nem na época da ditadura, atacaram tanto a Previdência e a CLT.

E assim não fez também – poderia começar com o Sarney; poderia passar pelo Collor; Fernando Henrique; Itamar; Lula; Dilma – ninguém! Ninguém atacou tanto a nossa previdência e o direito dos trabalhadores. E o pior é que eu sei que mais outras virão. A luta está começando, mas estaremos talvez, como disse aqui, na sombra das flechas, fazendo o bom combate.

O sol nascente que buscamos é de uma Nação verdadeira, não uma para poucos, como alguns querem, mas uma Nação, onde as quimeras, os cantares e as pegadas sutis e leves das nossas crianças e jovens sejam o primeiro artigo da nossa Constituição.

Assim eu creio.

Senadora Ana Amélia, fiz um resumo aqui do meu livro. Por isso, é claro, é um misto de um pouco de poesia e da visão que tenho naturalmente da situação em que nos encontramos.

Agora, se V. Ex<sup>a</sup> quiser usar da tribuna, presido para V. Ex<sup>a</sup> e também para o Senador Acir Gurgacz.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gostaria muito, Senador Paim, dessa gentileza. Um dos dois, mas, depois, Senador Acir Gurgacz, V. Ex<sup>a</sup> vai falar, e o Senador Paim sabe que eu sairei.

Obrigada.

*(A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra, neste momento, à nobre Senadora do Rio Grande do Sul – são três Senadores: Senador Lasier Martins, este Senador e Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, meu caro Senador Paulo Paim, meu companheiro de Bancada.

Fizemos e trilhamos juntos uma campanha, Senador Acir Gurgacz, em 2010, havendo as vagas, como haverá no ano que vem, e juntos fizemos uma campanha respeitosíssima. O que distingue o Paim do Partido dele é exatamente isto: ele é um comprometido com as causas sociais, mas jamais desrespeitou, jamais caluniou, um adversário político.

Então, eu, como testemunha desse comportamento, digo também que é por isso o respeito que os gaúchos têm pela atuação do Senador Paulo Paim. Tive a ousadia de, na minha campanha eleitoral, em 2010, colocar isto no ar, e as pessoas não entenderam nada.

Eu dizia na campanha para o eleitor: "Não se esqueça de que você pode votar em dois, bater dois votos. Pode ser em mim e no Paim, ou em mim e no Rigotto." Eu botei isso na campanha, quer dizer, para o eleitor que não estava acostumado com aquela ousadia, eles não entenderam; mas tivemos que explicar, e ao final foi entendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi uma pegada inteligente.



**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. E porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Vote em mim e pode votar num deles dois."

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Um deles é o Paim, o outro é o Rigotto."

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Às vezes, a gente ouvia as pessoas na rua – e gravava, tudo certinho – e perguntava: "Em quem você vai votar?" A pessoa declarava: "Eu vou votar no Paim." "E o segundo voto?" "Da Ana Amélia." Ou então: "Voto na Ana Amélia e no Paim." Então, esse jogo foi, eu acho, uma contribuição da responsabilidade política que a gente tem. Não vejo que seja diferente nos outros Estados; há aqui uma convivência dos Senadores.

Até participamos, certa vez, de um programa na TV Senado – o Senador Paim, o Senador Pedro Simon e eu –, e as pessoas mandaram mensagens, porque, com outros Estados, era impossível fazer. O diálogo não era um diálogo, era uma briga entre os adversários. E conosco, não; nossa causa é uma só, é o Rio Grande. E é uma causa, são as causas que nós defendemos. Então, ficou muito claro ali: o Senador Simon com aquela defesa das questões institucionais, da democracia, o Senador Paim com as causas sociais, e eu fazendo uma "clínica geral", um "meio de campo", com o setor agropecuário, o setor da infraestrutura, a saúde. Uma área em que hoje eu estou muito envolvida é a área da saúde, pelas deficiências que nós temos. Então, compusemos ali, e as mensagens que a TV Senado recebeu eram exatamente para destacar esse comportamento de equilíbrio, que é obrigação nossa.

Agora, isso reflete um pouco a violência que a gente tem visto aqui. O Senador Paim falou que vai ser um embate duro. Tudo bem, eu acho que é isto mesmo: um embate duro. Agora, esse embate não pode fugir a uma regra de civilidade; não pode um Senador meter o dedo em riste na cara de um colega. Nós somos aqui iguais, chegamos pelo mesmo caminho, pelo voto direto. Então, não pode subir em cima de uma bancada, não pode fazer certos gestos que praticamente tragam da rua a violência que a gente viu nas manifestações em Brasília naquela quarta-feira triste para o Brasil.

Eu acho que é possível. O Paim é a demonstração clara de que, sendo adversário do programa de reformas, é possível você estabelecer um diálogo. Mas não pode ultrapassar o limite do respeito e da dignidade, da civilidade, eu diria. É claro que no Parlamento, quando os ânimos aumentam, fica muito mais complicado; mas eu acredito, sim, que a racionalidade vai prevalecer.

Aliás, esta semana nós vimos aqui: o Senado, apesar das dificuldades, da crise que estamos vivendo, conseguiu aprovar matérias importantes. E eu sou testemunha, Senador Acir, até porque se votou a questão da regularização fundiária, e eu presidia a Comissão de Agricultura quando esse tema era o mantra do senhor em relação a Rondônia; a Rondônia e a outras regiões.

Nós fizemos um debate – eu estou trazendo isto agora, digamos, improvisadamente –, na Comissão de Agricultura, uma iniciativa do Senador José Medeiros, sobre um assentamento que há em Mato Grosso. Esse assentamento se transformou, Senador Paim, num Município – o Município do assentamento. Veja como ele cresceu. E o Município foi instalado, foi eleito o prefeito, só que ninguém tinha titulação das suas áreas, áreas que eram parte de uma colonização e reforma agrária feita naquela região de Mato Grosso. E era próspero; os líderes vieram falar.



Uma coisa assim inacreditável do ponto de vista do direito individual. Ora, o Estado brasileiro fez a repartição daqueles lotes, fez a doação, mas não fez o principal: a regularização fundiária.

Então, eu acho que a medida provisória foi abrangente, evidentemente, para abrigar, com senso de justiça, os assentamentos lá no norte da Amazônia. E não acredito, sinceramente, naquilo que aqui se falou: que haveria uma concentração, que as pessoas iam comprar as terras do assentado. O senhor conhece muito melhor que eu a realidade,...

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se me permite, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...porque ele vive daquilo. Foi provado que ele vive daquilo. Ele trabalha naquilo. Aí já vem um irmão, vem um filho daquele assentado que estava lá, que é uma segunda geração. Então, não é possível você subestimar a capacidade empreendedora do cidadão. Alguns dão certo. A maioria dá certo. A maioria está lá na terra, porque sabe trabalhar a terra, Senador.

Com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senadora Ana Amélia, V. Ex<sup>a</sup>, quando Presidente da Comissão de Agricultura, esteve conosco, nos deu o prazer e a honra de visitar o nosso Estado de Rondônia e conheceu vários Municípios. Rondônia é fruto de um assentamento, e todos os nossos agricultores foram assentados pelo Incra. Todos os Municípios nasceram através dos assentamentos. E até hoje não têm o documento da sua terra ainda.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso que é preciso que o País entenda. Que coisa absurda!

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E deu certo. O assentamento de Rondônia deu certo, tanto que Rondônia hoje é...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um Estado próspero.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... o quarto exportador de carne do Brasil! E caminha para também produzir grãos e começa a industrializar o que produz também. Então, o que nós queremos? É levar cidadania a essas pessoas. Como pode: famílias que, há 20, 30 anos, saíram do seu Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Espírito Santo, de Minas Gerais e estão lá trabalhando, há mais de 30, 40 anos, na terra que ganharam do Governo através do assentamento que o Incra fez, mas não possuem ainda o título definitivo, o documento, a escritura da sua terra? Então, essa medida provisória foi importante. Houve um debate aqui caloroso, mas muito respeitoso. E votamos, aprovamos. A maioria venceu. Agora nós queremos ver isso implementado. E conseguimos colocar um projeto que...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foram só treze votos contra, Senador – treze votos.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Doze votos.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Doze votos. Doze é o número do seu Partido.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Por isso que eu não esqueci.



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para marcar bem.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, nós conseguimos incluir nessa medida provisória um projeto de lei de minha autoria, que é a transferência das terras da União para o Estado de Rondônia, para que o Estado possa fazer a regularização.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro.

**O Sr. Acir Gurgacz** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois o Estado conhece melhor as suas necessidades, tem a equipe do Governo para fazer essa regularização, junto com o Incra, em parceria com o Terra Legal, que hoje acho que não está mais atuando da forma que vinha atuando, mas o Incra, por sua vez, tem todo um grupo de pessoas, de técnicos capacitados para assessorar o Governo do Estado para fazer essa regularização. Portanto, eu entendo que foi um avanço a aprovação da Medida Provisória 759.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu entendo exatamente isto, Senador, veja: não se imagina que a regularização dá cidadania ao proprietário daquela terra, porque ele passa a ser o dono; não é o Estado. Ele está ocupando uma terra cedida, cedida; ele foi ali assentado, e aquilo continua pertencendo ao Estado brasileiro. Na hora em que é titulado para ele, ele passa a pagar o Funrural, passa a pagar os impostos todos decorrentes do uso daquela terra, passa a exercer a cidadania. A mesma coisa em relação às chamadas lajes, nas favelas do Rio de Janeiro, ou às áreas aqui em Brasília, muitas delas griladas.

Então, você cria um espectro de legalização, porque, se não faz uma regularização séria, correta e adequada, você acaba estimulando mais invasões, mais problemas em relação à ocupação fundiária no País. Portanto, eu acompanhei aquele debate com muita atenção.

Há pouco o Senador Acir fez um aparte ao Senador Paim, que fez um relato do livro que ele faz – é uma boa contribuição ao debate das questões sociais e das reformas que estamos examinando – sobre a questão da corrupção. Senador Acir, imagino que, se nós reduzirmos a corrupção no Brasil – e por isso a relevância da Operação Lava Jato, que muitos criticam –, só esse serviço teria uma relevância incrível. Especialistas ingleses ou especialistas nessa área de aferição do custo da corrupção chegaram à conclusão de que, só no Brasil, o que ingressaria sem corrupção na economia seria de R\$200 bilhões – R\$200 bilhões! E cada 1% de aumento de corrupção, no caso brasileiro, representa uma queda de 0,13% no crescimento do PIB, ou seja, da economia de toda a produção. É uma doença gravíssima. É o pior câncer que uma nação possa ter, Senador: a corrupção. E o pior é que ela está hoje disseminada como o câncer. Aquelas raízes que o câncer vai contaminando, Senador Paim, não pegam não só o agente político, mas também pegam o empresário e o setor privado, elas pegam o agente do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios, elas pegam agentes da Justiça, um juiz, um promotor, pegam até um policial que esteja fazendo investigação. O problema é esse. E a gravidade é a mesma em relação ao narcotráfico e ao tráfico de drogas, que têm igual perigo e igual dano.

Ontem foi preso no Rio de Janeiro um volume de artefatos de altíssimo calibre, contrabando vindo de Miami. Dizia-se que a entrada era pelo Paraguai: agora é de Miami, vindo de navio, escondidas essas armas, rifles de grosso calibre, metralhadoras, fuzis AR-15, armamento para nenhum exército botar defeito, nenhum exército. Tudo contrabando para onde? Para o tráfico de drogas.



Imagina quantas outras cargas tenham entrado sem que não tivesse sido apreendida essa carga! Conseguiram apreender, mas o crime organizado está tão avançado tecnologicamente que ele vai encontrar outra forma de fazer o mesmo contrabando de outra fonte, e ele vai trazer a arma que ele quiser.

E nós estamos desprotegidos, Senador. Um agricultor, um produtor rural do seu Estado e do meu não podem ter uma arma para se defender lá no cafundó, lá naquele rincão remoto, não pode. Mas o bandido pode receber, Senador Paim, essa quantidade de armas. O que diremos, nós políticos, para aquele pobre agricultor que está lá suando, tirando o seu leite? – aquilo de que o Senador Paim e eu aqui falamos do agricultor familiar que não têm direito. E entra um bando de ladrões bandidos, massacra a família, assalta a casa, leva tudo e ainda, às vezes, mata, sevia e estupra, e não pode o agricultor ter uma arma para se defender dentro da sua casa.

Então, nós temos que ter um pouco de consciência em relação ao aumento da violência. É uma injustiça não darmos o direito a esse pequeno agricultor, a essa pessoa que está desassistida em todos os aspectos. Ele não tem estrada, ele não tem escola, ele não tem energia elétrica às vezes e não tem sequer o direito de ter uma autodefesa, que a autodefesa vai se dar através de ter uma arma na sua casa.

Eu não sou uma pessoa que defenda a violência nem o armamentismo. Não, mas é uma questão da lógica nesse processo: você dá um poder extraordinário ao bandido e retira toda a capacidade da autodefesa do cidadão indefeso que está lá, na sua casa. Então, eu acho que é um tema que nós temos que tratar em relação a isso.

E veja só. O senhor estava falando aqui, muito interessante, sobre a Operação Lava Jato. E muita gente achou "Que maravilha! Que multa que vão fazer para a JBS!", mas multa, sinceramente, quando a multa é muito grande, eu desconfio que é multa para não pagar. E aqui, hoje, em um artigo do Reinaldo Azevedo, um jornalista muito bem informado, ele escreve o seguinte:

Conforme apontou esta *Folha* [a *Folha de S.Paulo*; que saiu na *Folha de S.Paulo* o artigo do Reinaldo Azevedo], a correção da multa [da multa aplicada à JBS] se fará pelo IPCA apenas, que está em 4,08% no acumulado de 12 meses. A taxa de retorno da JBS chega a 12,34% [12,34% o retorno]. Marcos Piellusch, professor de finanças, [pegou a calculadora, ali ele usou a palavra] sacou a calculadora e descobriu que, para pagar a dita-cuja [multa milionária], bastaria aos irmãos Batista investir hoje R\$ 5,3 bilhões no próprio negócio.

Continua sendo um negócio da China!

Eu queria dizer que temos que olhar os números como eles são e saber até onde vai essa multa. Essa multa pode ser mais um prêmio – mais um prêmio! – generoso concedido a quem é considerado pelo ex-Presidente Lula como um bandido, os bandidos. Foi o Presidente Lula que declarou hoje, na imprensa, que Joesley é um bandido.

Então, eu trago apenas esses dados para falar sobre essa questão tão, eu diria assim, aguda para nós todos. E cobro muito de nós políticos, e tem que ser cobrado da sociedade esse processo, mas a corrupção está entranhada nas relações pessoais, nos negócios, nas pequenas... Até em casa, às vezes. Se você nas famílias começar a vasculhar também o comportamento, você vai encontrar alguns casos que demonstram o crescimento de uma tendência de uma cultura do levar vantagem em tudo, de ter esta tendência: você praticando aquilo que você condena que é praticado aqui.



Então, nós temos que ter uma seriedade, e a ética não poder ser terceirizada. Temos todos que trabalhar intensamente.

Eu termino aqui o meu pronunciamento, Senador, fazendo uma ponderação. E eu tenho conversado com os Líderes da oposição aqui, na Casa, falei com o Senador Humberto Costa, falei com o Senador Randolfe Rodrigues, que são muito ativos, falei com o Senador Ferraço. Eu estou apresentando um parecer a duas emendas, a várias emendas constitucionais de vários Senadores. Detive-me em duas delas, que tratam da composição da Suprema Corte de Justiça do País. Uma delas é do Senador Cristovam Buarque, nosso colega daqui do Distrito Federal, e a outra é do Senador Lasier Martins, nosso colega do Rio Grande do Sul.

Nessa PEC 44, de 2012, do Senador Cristovam – e em uma mais recente, do Senador Lasier – , ele faz uma composição, eu diria, mais democrática. Primeiro, a escolha do Ministro do Supremo se dará através de uma lista tríplice escolhida por um colegiado formado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente do STJ, pelo Presidente do TST, pelo Presidente do STM, pelo Presidente do TSE, pelo Procurador-Geral da República, pelo Defensor Público-Geral Federal e pelo Presidente do Conselho da OAB.

Então, vejam que aqui está o campo jurídico inteiramente representado. Então, esse conselho indica três nomes de pessoas que precisam ter o mínimo de 35 e o máximo de 65 anos de idade e 15 anos de exercício na advocacia ou na área do Direito – 15 anos.

O Presidente escolhe, manda para o Senado, para sabatina, e ele terá um mandato de dez anos, não podendo ser reconduzido. De dez anos será o mandato de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. E se ele quiser, quando sair, concorrer a um cargo eletivo de Presidente da República, de Senador, de Deputado, de Prefeito, qualquer cargo, ele terá que cumprir uma quarentena de cinco anos. Talvez esse prazo seja um pouco elástico demais, o que foi a ponderação que eu recebi de alguns, mas é disso que vamos tratar no exercício do debate.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E uma das questões que tratam da inelegibilidade diz que os Ministros do STF não podem se eleger para qualquer cargo efetivo, como eu disse, até cinco anos após exercido o cargo. E eles serão nomeados pelo Presidente da República.

A composição será exatamente dessa forma.

Eu penso que nós nos igualamos a todos. Evidentemente, no atual sistema constitucional, vai ser seguida a forma como é. Isto será para escolhas futuras das novas vagas.

Eu queria, por fim, Senador... A gente fala muito das crises, mas eu quero falar de um evento de que participei recentemente em Canela, no Rio Grande do Sul, meu domicílio eleitoral e onde eu tenho residência. Minha terra é Lagoa Vermelha, que fica próxima dali. E lá em Canela eu participei, com o Prefeito municipal e o Secretário de Educação, de um evento que se realiza há 18 anos. Chama-se Semana do Bebê.

Ouvindo esse nome, parece... Mas o trabalho que especialistas na primeira infância e também nos exames neonatais fazem é fantástico. Para se ter uma ideia, o índice de mortalidade infantil em Canela caiu, se não me falha a memória – porque eu estive lá, mas não me lembro do número – , de 25 para apenas 3 no ano. Tudo atribuído à prevenção e ao cuidado redobrado com as crianças.

Então, a morte num parto, por exemplo, ou logo em seguida, nos primeiros dias de nascido do bebê... Todos esses cuidados são vistos, são repassados, e o mais importante é que esse



modelo... Aí, é feito um desfile dos bebês, a cidade fica toda cheia de cegonhas, com berços, e há todo um envolvimento da comunidade na Semana do Bebê.

O Ministro Osmar Terra, que tem se especializado no estudo da primeira infância – fez até cursos na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, com vários Senadores, Senadoras e Deputadas – tem participado desse evento.

E o mais importante: a cidade de Recife copiou o modelo. Fez uma adaptação, e é um grande sucesso em Recife. E uma cidade da Inglaterra, também tendo tomado conhecimento desse evento, está fazendo a mesma iniciativa.

Então, eu penso que a gente precisa também aqui, às vezes, como o senhor fez com seu livro, trazer algumas informações que têm relevância. Isso é muito importante para a prevenção e para a saúde dos nossos bebês. Crianças sadias, na gestação e ao nascerem, serão adultos mais saudáveis, com capacidade para maior entendimento e aprendizado também.

Então, quero saudar a administração de Canela, a anterior e a atual, pelo empenho em manter essa chama viva da Semana do Bebê no Município de Canela.

Por fim, Senador, o senhor que é gaúcho – e falo para os gaúchos também –, participei em Bagé, na última sexta-feira, de um evento muito importante para o tradicionalismo. O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que completou 50 anos, realiza todos os anos um evento chamado Ciranda Cultural das Prendas. É uma espécie de Miss Brasil, só que, no caso das prendas, elas vão com as famílias. É um evento que reúne toda a família, todo o CTG da cidade, na cidade escolhida, onde é a prenda eleita naquele evento.

Lá, elas são submetidas a uma espécie de sabatina sobre questões de culinária, questões culturais, a história, a tradição, a vestimenta, tudo o que envolve a tradição do Rio Grande do Sul. E são jovens. Então, são três níveis: infantil, adolescente e adulto. A prenda mirim, a prenda infantil e a prenda adulta. E já foi escolhida a prenda de Campo Bom. Então, a próxima reunião da Ciranda Cultural das Prendas será em Campo Bom.

Em Bagé, foi uma festa que reuniu cerca de 5 mil pessoas para esse evento, movimentando a comunidade, a cidade. E nós percebemos o acolhimento de uma cidade, Bagé, muito famosa pela sua culinária e não só pela criação de cavalos crioulos. É um centro muito importante, inclusive de repercussão internacional. Percebemos um acolhimento muito grande de todos que foram para lá participar da Ciranda Cultural das Prendas.

Talvez isso distinga o Rio Grande do Sul, Senador Acir. E tenho certeza de que lá em Ji-Paraná e em Porto Velho existe CTG também, não é? E, no dia 20 de setembro, todos se reúnem para comer uma costela de 12 horas, tomar muito chimarrão, contar os "causos". E há muito fandango, que é o baile dos gaúchos.

Então, acho que, com isso, mostramos que a integração é muito grande, Senador Paim, e os nossos centros de tradição gaúcha têm esse trabalho de mostrar valores – valores da família, valores da ética. E a Ciranda Cultural das Prendas é um dos eventos mais importantes. Queria saudar, então, os líderes do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento.

De imediato, Senador Acir Gurgacz, como orador inscrito, para o seu pronunciamento.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores,



nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, eu estava aqui abrindo as notícias recentes, Senador Paim, e peguei uma notícia de agora: "JBS é condenada a pagar multa de R\$38 milhões, por danos morais", à cidade de Rolim de Moura.

Para a Justiça, a empresa teve um faturamento alto em 2015, ano em que a empresa se desligou da cidade. O grupo JBS foi condenado pela Justiça do Trabalho de Rolim de Moura a pagar uma multa de R\$38,6 milhões, por demissão em massa, ocorrida no ano de 2015, e fechamento da unidade. E, para o juiz do Trabalho, não houve motivos para a empresa fechar o frigorífico, sendo que a empresa tinha um faturamento milionário.

Em um dos trechos da sentença, fica destacado que o lucro líquido da empresa requerida, nos últimos 12 meses antes da propositura da ação, foi o vultoso valor de R\$3,6 bilhões. Portanto, não tem nenhum cabimento a empresa alegar que foi uma situação socioeconômica que levou ao fechamento da unidade industrial, pois é exorbitante o superávit financeiro naquele ano de 2015.

Outro trecho da sentença relata que a JBS pegou empréstimos no BNDES para abrir unidades no exterior. Portanto, não tem nenhum cabimento a empresa alegar que foi uma situação socioeconômica que levou ao fechamento da sua unidade industrial.

Então, começam a pipocar agora ações. Houve outra anteontem, bloqueando R\$800 milhões no Rio de Janeiro, por danos morais, etc., etc., etc.

Eu faço essa colocação só para justificar que, em 2011 e 2012, na Comissão de Agricultura no Senado, da qual eu era Presidente, eu, junto com o Senador Moka, fizemos um requerimento para que a Comissão entrasse com uma ação no Cade, contra o grupo, para evitar a compra de plantas de frigoríficos no Brasil inteiro, mas principalmente no Estado de Rondônia, naquele momento, e no Estado de Mato Grosso do Sul, porque compravam as plantas e fechavam. Fechavam para quê? Para diminuir o preço do boi gordo.

Se essa diminuição do preço do boi gordo se transformasse numa diminuição lá na ponta, na prateleira do mercado, ou no frigorífico do mercado, ou no açougue, tudo bem! Mas não: era apenas para induzir e controlar o mercado do boi gordo brasileiro – e Rondônia tem uma produção grande de boi gordo, assim como Mato Grosso do Sul também, uma produção grande de carne.

E, aí, nós entramos no Cade, pedindo para que houvesse uma intervenção do Governo, a fim de evitar a compra de plantas e o fechamento de plantas, o que não só diminui a renda a receita dos nossos agricultores, mas também diminui – e muito, nesse caso aqui – quase 500 funcionários, só nessa planta de Rolim de Moura. Perderam o emprego. O emprego direto. Quinhentas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Senador?

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Por gentileza, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só uma frase. Por isso, na reforma trabalhista – eu sinto que o Senador Ferraço está sensível –, há um artigo que diz que situações como essa serão de livre-arbítrio do empregador. Aí não poderia o juiz ter tomado essa decisão de questionar a demissão coletiva por motivos fúteis.

Por isso, meus cumprimentos. Vai ajudar no debate o que V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna do Senado. V. Ex<sup>a</sup> dá um exemplo prático.



**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É um exemplo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós temos que ter cuidado com demissões coletivas. Por trás, está meio que o monopólio da venda e produção...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Da compra...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da compra e venda...

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Da compra, industrialização e venda.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E venda.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É um monopólio que é...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Absurdo.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... maléfico para o País.

Entre a aprovação do requerimento e a entrada dessa ação no Cade, eu recebi a visita do Sr. Wesley Batista no meu gabinete. Ele foi me intimidar, dizendo que eu não poderia fazer aquilo, porque a JBS era uma das maiores empresas brasileiras e do mundo, produtoras de carne e tal.

Eu concordei. É um orgulho para nós haver uma empresa brasileira sendo a maior empresa do planeta a industrializar e vender carne para todo mundo. É um orgulho para o brasileiro. Agora, não em detrimento dos nossos produtores, não provocando o desemprego, é que nós queremos que isso aconteça. Temos que ser competitivos no mercado nacional e internacional, principalmente, mas não à custa da população brasileira, que produz e que consome o produto.

Mas, enfim, a visita não resolveu nada, e nós, tanto eu quanto o Senador Moka, protocolamos essa ação no Cade, que teve desdobramentos importantes. E, de lá para cá, houve uma certa diminuição da compra de plantas, para que tivéssemos a manutenção dos empregos nesse setor, pelo menos.

Mas outra questão que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, é a nossa cobrança sistemática com relação à redução dos juros.

Assistimos ontem à redução de 1% da taxa Selic, mas eu entendo que ela é pequena diante da queda da inflação que aconteceu nesse período.

Infelizmente... Ninguém pode comemorar o que estamos vivendo no Brasil com relação à economia. É justo e justificável a comemoração da equipe econômica, do Presidente da República, porque houve um aceno para uma futura melhoria na economia brasileira. Isso é inegável e inquestionável.

É claro que as coisas pararam de piorar, mas longe de ser aquilo que nós queremos para o nosso Brasil, pois essa situação da economia está afetando a toda a população brasileira – empresários, trabalhadores, consumidores, toda a população. E está provado que o juro elevado não é um remédio para conter a inflação, pois os juros altos estão reduzindo o consumo, e a



redução do consumo provoca o desemprego. Provocando-se o desemprego, nós chegamos a 14 milhões de brasileiros desempregados.

Os juros se mantêm altos, mais do que há dois anos, e digo por quê.

Vejamos: há dois anos, a taxa Selic estava em 14%, e a inflação estava perto de 10%. Portanto, nós tínhamos, aí, um juro real de aproximadamente 4%, quatro e pouco por cento. Agora, a taxa Selic está em 10,25%, e a inflação em torno de 4%, perto de 4%. Então, nós temos um juro real de 6%. Então, aumentou o juro real.

Por isso que não há consumo. As pessoas não querem usar o seu cartão para fazer compra. Aliás, cartão de crédito nem pensar! Você ficar negativo no cartão de crédito é um desastre absoluto. Ali, sim, é um roubo oficial o que se cobra de juro, tanto da conta garantida, quanto, principalmente, do cartão de crédito.

Então, a inflação diminuiu bastante, mas a taxa de juro não diminuiu na proporção. Ou seja, temos, no meu entendimento, um aumento dos juros. Por conta desse fenômeno de deflação, provocada pela falta de consumo, podemos considerar que os juros reais estão mais altos agora, uma vez que a diferença entre a taxa Selic e a inflação é bem maior, numa escala de quatro pontos a mais, há dois anos, para sete pontos agora.

Portanto, a explicação para a crise econômica, para a recessão e para o déficit fiscal do Governo é simples e cíclica: os juros altos inibem a tomada de crédito; sem crédito não há investimentos, não há produção; sem produção não há empregos e sem empregos não há consumo; e sem consumo não há impostos. E, com isso, há uma redução da receita no Governo, e o Governo não consegue fazer novos investimentos nem pagar a conta dos altos custos da máquina pública, porque, quando não há consumo, a máquina, a roda da economia não gira, tudo trava, pois a crise é cíclica e também faz aumentar o déficit público.

E qual é a saída, e qual é a sugestão que nós temos? Eu só vejo uma saída: é o Governo ser mais ousado e aumentar, de fato, a redução dos juros. Então, tem que ter uma ousadia para que os juros realmente caiam, caiam a níveis em que a população possa tomar crédito. E investir na infraestrutura e no setor produtivo, para que a gente possa gerar emprego e renda no País. Precisamos de dinheiro no mercado. É nos Municípios, e não no sistema financeiro, no sistema bancário.

A ausência de recursos e incentivos afasta o investidor e conduz ao desemprego crônico – e é o que nós estamos vendo acontecer. Deixa a economia local sem vigor e causa diversos males sociais, que vão do desemprego à falta de instituições de ensino, saúde, segurança e o bem-estar social da população brasileira.

Portanto, precisamos reestruturar o Estado e voltar a nossa política econômica para o setor produtivo. Não é mais possível que somente os bancos tenham lucros astronômicos, enquanto que a economia real, o setor produtivo, a indústria, principalmente, trabalhe no vermelho, já, há muito tempo.

Portanto, não dá para comemorar o resultado do PIB ainda, divulgado ontem pelo IBGE, que cresceu 1% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior, pois, em relação ao mesmo trimestre do ano passado, o PIB encolheu 0,4% no 12º recuo seguido; ou seja, há mais de um ano o País não cresce. E o resultado do PIB neste primeiro trimestre só foi positivo porque foi puxado pelo avanço do agronegócio. Foi 13,4% o avanço da produção agrícola, o que salvou mais uma vez a economia. Só que há um detalhe, Senador Paim: agora, no segundo trimestre, nós não temos safra. Então, nós não teremos esse reforço do agronegócio para o PIB do segundo



trimestre. Portanto, é o momento de o Governo investir na infraestrutura, investir no consumo, tirar o dinheiro do sistema financeiro e colocá-lo, para que a população tenha acesso a créditos para comprar a sua geladeira, fazer a reforma da sua casa, os empresários fazerem investimentos no seu negócio e, dessa forma, girar a economia, gerando empregos e gerando impostos também, para que o Governo tenha de onde tirar o dinheiro para fazer os seus investimentos, que nós entendemos que são necessários.

O PIB industrial ainda patina e cresceu apenas 0,9%, nesse primeiro trimestre, em relação ao trimestre anterior. Já na comparação ao primeiro trimestre de 2016, houve uma queda de 1,1% no PIB da indústria, e o setor de serviços recuou 1,7%.

Portanto, o próprio IBGE indica que, mesmo com o bom resultado do agronegócio nesse primeiro trimestre – o que é natural, por conta do fechamento da safra neste período –, o crescimento de penas 1% do PIB, neste trimestre, ainda não tira o País da recessão.

No acumulado de quatro trimestres, a economia encolheu 2,3%. Em valores atuais, o PIB no início do ano alcançou R\$1,6 trilhão.

Portanto, repito, a política econômica do Governo está equivocada, no meu entendimento, e, se não houver uma guinada nos próximos meses, poderemos caminhar para o agravamento da crise econômica e da geração de empregos. É preciso irrigar a economia.

Não é possível que, nos primeiros três meses de 2017, os três maiores bancos do País tenham tido um lucro de 15% a mais em relação ao mesmo período do ano passado. Se o agronegócio cresceu 13,4% e foi a salvação, o comparativo ainda está abaixo do lucro que tiveram os bancos no mesmo período. E alguém está pagando essa conta. Quem paga é o povo brasileiro. E qual é a produção dos bancos? Não é nada. Não há produção com esses juros elevadíssimos.

Com essa mesma política, o BNDES deixou de emprestar R\$25 bilhões em projetos de infraestrutura no ano passado. Lembrando que o BNDES é um banco de fomento, Sr. Presidente. Se o BNDES não tiver essa função, então, vamos fechar o BNDES e colocar uma parte no Banco do Brasil, uma parte na Caixa Econômica, e vamos mudar o rumo do BNDES.

A existência do BNDES é para fomentar o desenvolvimento, é para irrigar a economia, fazer crescer regiões importantes do nosso País e setores estratégicos do Governo, como é o caso da infraestrutura. Em vez de o Governo investir na manutenção das estradas, da duplicação das BRs, que faça a concessão e o empréstimo via BNDES, pois terá o retorno em benefício, e o retorno será de volta para os caixas da União.

Sem investimento em infraestrutura, não há geração de emprego, ou seja, o que o Governo tem que promover é uma redução real e grande dos juros, facilitando assim a tomada do crédito de toda a população. Ele precisa aumentar os investimentos em infraestrutura, estimular o consumo, controlar os gastos públicos com o custeio da máquina administrativa e estancar de vez aquilo que disse aqui V. Ex<sup>a</sup> e disse a Senadora Ana Amélia, que é esse mal maior que virou uma metástase, esse câncer que está no Brasil, que é a corrupção.

Enquanto as pessoas estão desempregadas, Sr. Presidente, e não conseguem, muitas vezes, levar comida para casa, não conseguem espaço para alguém da sua família nos hospitais públicos, não conseguem espaço para colocar o seu filho, a sua filha numa boa escola, elas chegam à sua casa, ligam a televisão, leem o jornal, têm acesso às redes sociais e encontram só notícias de desvios de milhões, bilhões, multas de bilhões que não saberemos exatamente como serão pagas. Essas pessoas entram em desespero, essas pessoas, com toda a razão, ficam revoltadas com toda a classe política, Senador Paim. É uma ação muito forte que precisa ser feita, em conjunto com toda



a sociedade, mas principalmente da classe política, de todos nós Senadores, Deputados Federais, Executivo como um todo, para combater essa corrupção que tem levado o dinheiro da população brasileira.

O Brasil é um dos países que mais arrecada imposto no mundo e não tem dinheiro para a saúde, não tem dinheiro para a educação, não tem dinheiro para investimentos em infraestrutura, não tem dinheiro para fomentar o desenvolvimento exatamente por conta dessa corrupção, que tem levado esse dinheiro embora para outros lugares e outros países, como nós estamos vendo aparecerem contas graúdas em bancos no exterior, dinheiro que tinha que estar sendo investido na educação, na saúde, na infraestrutura brasileira.

Então, eu entendo que é o momento de a população brasileira pensar e se preparar para as eleições de 2018. É o momento que nós teremos para refletir, de fato, sobre o que fazer. Somente através de eleições diretas, nós vamos melhorar o nosso País, não há outra forma. E eu tenho certeza de que toda a população brasileira está acompanhando tudo o que está acontecendo no País, fará um juízo de toda essa situação e dará o seu voto para um novo momento. Nós estamos tendo toda uma expectativa de que o Brasil seja passado a limpo e nós possamos ver a economia voltar a crescer, dentro de um grande projeto, planejamento, voltando os investimentos para o setor produtivo, e não manter o dinheiro na especulação.

A especulação não traz emprego nenhum para nenhum Município, nenhum Estado da Federação. Ela só traz dinheiro para os banqueiros. Tanto é que o maior lucro da história do País aconteceu exatamente neste primeiro trimestre. Nem mesmo o agronegócio teve uma produção recorde, histórica, teve um aumento tão significativo, como teve o rendimento dos bancos no País.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado pelo tempo que V. Ex<sup>a</sup> nos deixou avançar hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Ex<sup>a</sup> puder presidir, só para que eu faça um comunicado em nome da Liderança. Serei bem rápido, no máximo cinco minutos, até porque já usei da palavra, como orador, por 30 minutos.

*(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para uma comunicação inadiável, passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Trago para os *Anais* da Casa documento produzido pela consultoria da Casa, que, na verdade, é uma reprodução de parte do relatório do Senador Ricardo Ferraço quanto à reforma trabalhista.

Só vou citar, Sr. Presidente, a parte que considero mais importante. O próprio Relator da reforma trabalhista – que, todos sabem, sou contra – admite que é inaceitável que se mantenha, de acordo com o projeto da Câmara dos Deputados – diga-se de passagem, o projeto do Governo era de sete artigos que mudavam na CLT, e a Câmara está mudando 117 –, por exemplo, recomendações de veto no relatório apresentado na CAE, que vamos votar e debater, claro, na próxima terça, como gestante e lactante em ambiente insalubre. Ora, Senador, de fato, a Câmara



superou as expectativas mais negativas que poderíamos imaginar: querer que uma mulher gestante e lactante atue em área insalubre. Por isso, entendo que somos nós aqui, como Senadores, temos de decidir e não remeter ao Presidente e que deveremos rejeitar esse artigo.

Mas vai além: serviço extraordinário da mulher. Deve ser concedido a ela obrigatoriamente 15 minutos de descanso. A Câmara retira isso. Quando ela vai fazer hora extra, ela terá que pagar, no mínimo, 15 minutos. Aí também o Relator recomenda que seja vetado, só que eu insisto: quem tem de retirar do projeto são os Senadores, é a Casa Revisora, não uma Casa carimbadora, porque, senão, vamos transformar o Congresso em unicameral. A Câmara vota, remete ao Presidente, e ele veta o que bem entender.

O acordo individual para a jornada de 12h por 36h ele também pede para que seja vetado. Ora, se vai pedir para que seja vetado, esse acordo individual, que agora é coletivo, a gente pede, então – e conlui só esse raciocínio, para ir a outro ponto, e passo a V. Ex<sup>a</sup> –, que a gente vote e não mande para o Presidente vetar.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Senador, só para registrar a presença dos estudantes do curso de Direito da Uniesp, de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul. Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sóme à posição do Senador. Sejam bem-vindos. Vocês que serão doutores, vocês que vão cuidar do Direito, com certeza, devem estar acompanhando o debate aqui no Congresso, tanto da reforma trabalhista quanto da previdenciária e de tantas outras.

O trabalho intermitente é aquele que diz que o trabalhador vai ficar em casa e será chamado para trabalhar quando o empregador entender que a produção está precisando dele. Isso é muito adotado pelo McDonald's. Eu fiz uma audiência pública internacional aqui. Conseguimos fazer que isso não acontecesse mais no Brasil, mas lá fora continua acontecendo lamentavelmente. O trabalhador fica numa sala e só é chamado no momento em que o pessoal está lá para comer os produtos da McDonald's. E ele só ganha as horas trabalhadas. Esse é o trabalho intermitente. Só ganharão as horas trabalhadas. Também o Relator reconhece que não dá, que isso tem que ser retirado. Então, o Senado que vote pela retirada e não mande para o Presidente vetar.

Valorização dos representantes dos trabalhadores, os sindicatos, na tal de negociação. Se há negociação, há de haver a participação das entidades, e não o acordo individual que prevaleça sobre a possibilidade da participação das entidades, assessorando, por exemplo, numa rescisão de contrato com a participação do advogado da entidade.

Negociação de intervalo. Esse também, recomenda-se vetar. Então, votemos aqui. Não vamos dar uma de Pôncio Pilatos, lavar as mãos e deixar que tudo aconteça conforme a vontade da Câmara e do próprio Executivo. É aquela história dos 30 minutos. Ora, todos nós sabemos que ninguém almoça, dentro da linha de produção de uma fábrica, de uma empresa, de uma fundição, de produtos químicos, ou mesmo num frigorífico, tão falado aqui, JBS e companhia... Querem que uma pessoa saia da linha de produção de frangos, é linha de produção do corte do frango, e vá correndo ao refeitório, volte correndo, não vá ao banheiro, não lave as mãos, não faça uma higiene, para poder almoçar em 30 minutos. É impossível. Nós outros aqui, todos não almoçamos em 30 minutos. E por isso o Relator também entende que isso é inaceitável.



Eu espero, e vou deixar esse documento para registrar nos *Anais*, com a minha visão, que isso efetivamente seja votado pelo Senado, e não que lave as mãos e mande para o Presidente.

Por fim, Sr. Presidente, nessa linha do que foi falado aqui também pela Senadora Ana Amélia, nós três gaúchos, claro, todos os três Senadores do Rio Grande, e inclusive V. Ex<sup>a</sup>, eu sei que empenhará toda solidariedade ao povo gaúcho neste momento de tanta chuva. Mas chove tanto lá, Sr. Presidente, que as pessoas, ao ligar para cá perguntam se não dá para fazer uma lei para mandar parar a chuva, de tanto é o desespero com tanta chuva no nosso Estado, abalando dezenas e dezenas de cidades.

No caso aqui, Sr. Presidente, por incrível que pareça eu falo da chuva, mas vou falar de um fato que aconteceu em Vacaria, que sensibilizou muito e muito todo o povo gaúcho. Todo o povo gaúcho ficou triste com a notícia de um incêndio, no dia de ontem, no Asilo Santa Isabel, na cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul. Duas idosas, uma de 76 anos e outra de 64 anos, não conseguiram ser resgatadas e morreram queimadas. Eu que lido tanto, sou autor do Estatuto do Idoso – V. Ex<sup>a</sup> nos ajudou aqui na redação e no voto –, acompanho e sei o drama dessas pessoas.

Segundo os Bombeiros, elas estavam na parte superior do prédio, dentro de banheiros, e teriam morrido por inalação da fumaça. Os demais 45 moradores do local foram retirados e levados com vida para o Centro de Treinamento de Motoristas. Mais de 70% do prédio, de acordo com funcionários que trabalhavam no asilo, foram consumidos pelo incêndio.

Equipes dos Bombeiros, da Defesa Civil, da Brigada Militar, da Polícia Civil e do Exército agiram rápido, num trabalho conjunto, impedindo que as chamas se alastrassem e atingissem, inclusive, um abrigo das crianças, anexo ao asilo. Mais de 20 foram retiradas, graças a Deus, com segurança.

Segundo as informações, pessoas ligadas ao asilo, mas que não são funcionárias e que não quiseram se identificar, afirmaram que o estabelecimento estava em condições precárias há muito tempo. Houve um princípio de incêndio no asilo há cerca de um mês. Havia também uma preocupação grande com a maneira com que os idosos eram mantidos ali: homens e mulheres dormiam nos mesmos espaços, o que não é recomendado, o que é proibido. É claro que foi uma tragédia anunciada, lamentavelmente. E aí nós lembramos a que ponto chegamos. Eu que falo tanto aqui na humanização da política, com políticas públicas para atender da criança ao idoso.

E aqui eu lembro, Sr. Presidente, quando falava do Estatuto do Idoso, de nossa autoria – e teve a sua parceria –, que o art. 115 do Estatuto do Idoso, Lei 10.741, diz: "O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso." A Lei 12.213, de 2010, institui o Fundo Nacional do Idoso. Os princípios do Estatuto do Idoso estão nessa lei. Portanto, Sr. Presidente, a partir do Estatuto do Idoso, vários Municípios brasileiros já criaram o seu fundo. Esse fundo é fundamental para ajudar situações como essa. Mas a situação ainda está – claro – muito aquém do necessário e da nossa realidade. É certo, Sr. Presidente, que o nosso País continua não dando a atenção devida aos seus idosos.

Termino, Sr. Presidente. O Senador Cristovam não está aqui. Nós fizemos debates aqui, diversas vezes, sobre a quem tem que dar mais atenção. Ele fala na criança, eu falo muito nos trabalhadores e nos idosos...

*(Soa a campainha.)*



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas não há divergência. Nós temos que dar atenção a todos: às crianças; aos jovens, independente da idade; aos adultos; aos trabalhadores do campo e da cidade; e aos idosos. Eu não concordo com a tese de alguns que têm o entendimento de que o cidadão, depois de 65, 70 anos, vira um peso para o País. Não é verdade. Esse cidadão contribuiu durante toda a sua vida. E é o momento de ele de poder, de fato, envelhecer os últimos anos, talvez, da sua vida com dignidade, com respeito e com qualidade de vida.

Eu sou, com muito orgulho, autor do Estatuto do Idoso, autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, autor do Estatuto da Igualdade Racial, para que não haja nenhum tipo de preconceito; fui Relator do Estatuto da Juventude e fui o autor da política do salário mínimo, que foi elevado para em torno se US\$300.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço um apelo a todos os Municípios, que se debrucem sobre o estatuto e a lei para que se crie em cada cidade o Fundo Municipal do Idoso.

Eram esses os complementos de uma fala que eu já tinha feito por 30 minutos; agora V. Ex<sup>a</sup> me deu mais 10 minutos.

Obrigado, Presidente.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador Paim, pelas suas colocações. E tenhamos, na terça-feira, um debate tranquilo para que se faça o que for melhor para o nosso País, principalmente para o trabalhador brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

*(Levanta-se a sessão às 10 horas e 53 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 79<sup>a</sup> SESSÃO

## EXPEDIENTE

### Comunicação





**SENADO FEDERAL**  
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

**Ofício nº 068/2017 – GLDPRD**

Brasília, 1 de junho de 2017

*Já publicada  
em 02/06/17  
J. Hoffmann*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática comunica que o **Senador Acir Gurgacz** deixa de compor, como titular, Comissão De Assuntos Econômicos-CAE.

*Gleisi Hoffmann*  
**Senadora Gleisi Hoffmann**  
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor  
**Senador Eunício Oliveira**  
**Presidente do Senado Federal**

Recebido em 2 / 6 / 17  
Hora: 10 : 30

*(Assinatura)*

Carolina Monteiro Duarte Mourão  
Matrícula: 231013-SLSF/SGM



# Despacho do Presidente



A Presidência defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, o Requerimento nº 408, de 2017, do Senador Flexa Ribeiro, lido em sessão anterior, de licença para participar da XXXIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se na Cidade do Panamá, República do Panamá.



# Mensagem do Presidente República

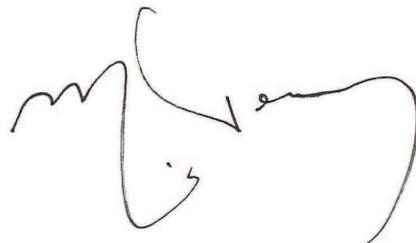


Mensagem nº 180

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Gado Jersey”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.447, de 31 de maio de 2017.

Brasília, 31 de maio de 2017.



# Pareceres





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 38, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Mensagem (SF) nº26, de 2017, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

01 de Junho de 2017

## RELATÓRIO N° , DE 2017

SF/17884.98861-50

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 26, de 2017 (nº 133, de 5 de maio de 2017, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.*

**RELATOR:** Senador **FLEXA RIBEIRO**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR é filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Fragelli Tabajara de Oliveira.



O indicado é graduado em Direito pela Universidade de Brasília-DF. Frequentou, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1985, onde também concluiu o Curso de Aperfeiçoamento do Diplomata, em 1996, e o Curso de Altos Estudos, em 2012.

O diplomata tornou-se Terceiro-Secretário em 1986. Por merecimento, chegou a Segundo-Secretário em 1993; Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro em 2005; e Ministro de Segunda Classe em 2012.

Ao longo de sua carreira, ocupou diversas funções, com destaque para: Assistente do Departamento Consular e Jurídico (1988-1991); Chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos dos Estados Unidos e Canadá (2007-2009); Chefe da Divisão de Informação Comercial (2009-2012); Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação (2012-2015). No exterior, serviu na Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (1992-1995); na Embaixada em Praga (1995-1998); na Embaixada em Paris (2001-2004); Embaixada em Kuala Lumpur (2004-2006). Desde 2015, encontra-se na Embaixada em Luanda como Ministro-Conselheiro.

Também em cumprimento de preceito regimental, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular do Bangladesh, com informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Cuida-se de república parlamentarista, com parlamento unicameral. A configuração territorial atual de Bangladesh data de 1947, ano da separação indo-paquistana. Ao fim da colonização britânica, surgiram a Índia hinduista e o Paquistão muçulmano, subdividido em Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental, os quais eram separados por cerca de dois mil quilômetros de território indiano. Contradições internas e o conflito com a Índia tornaram o cenário propício ao fortalecimento de movimentos nacionalistas no Paquistão Oriental na década de 1960. Em 1971, foi proclamada sua independência como Bangladesh.

No início da década de 1990, o país passou por processo de redemocratização após ser governado por sucessivos regimes militares. Hoje, entre os principais desafios de Bangladesh estão a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social, a construção de infraestrutura urbana e de transportes, bem como o combate ao extremismo religioso e à violência de gênero. Vale dizer que Bangladesh está entre os países de menor renda *per capita* e é um dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo.

sg2017-04028

SF/17884.98861-50




Aliás, convém registrar que Bangladesh integra o grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília, em novembro de 2011, resultante de parceria do governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentação.

As relações diplomáticas entre Brasil e Bangladesh se estabeleceram 1972.

Na última década, as trocas comerciais entre Brasil e Bangladesh experimentaram aumento constante. A partir de 2011, ultrapassou a cifra de US\$ 1 bilhão, sempre com saldo favorável ao Brasil. O maior volume da série histórica do comércio bilateral foi registrado em 2015, tendo alcançado o valor de 1,3 bilhão. Os principais itens de exportação de Bangladesh são artigos têxteis e juta. De importação, são açúcar, milho, algodão e óleo de soja, com participação crescente de itens industrializados, como material de defesa, cilindros e autopeças.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

sg2017-04028



SF/17884-98861-50





## Senado Federal

5

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefe de missão diplomática

**MSF 26/2017 - João de Oliveira**

Início da votação: 01/06/2017 10:10:22

Fim da votação: 01/06/2017 10:44:37

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	
ROMERO JUCÁ		4. VAGO	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,</b>		<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,</b>	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
HUMBERTO COSTA		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA	votou	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS		4. ACIR GURGACZ	
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>		<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER	votou	2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	votou
JOSÉ AGRIPIÑO		4. TASSO JEREISSATI	
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>		<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA	votou	2. GLADSON CAMELI	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB,</b>		<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB,</b>	
CRISTOVAM BUARQUE		1. VANESSA GRAZZIOTIN	votou
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	2. RANDOLFE RODRIGUES	
<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>		<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>	
FERNANDO COLLOR	votou	1. VAGO	
PEDRO CHAVES	votou	2. ARMANDO MONTEIRO	

**Votação:**TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 7, EM 01/06/2017Senador Fernando Collor  
Presidente

## DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 26/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA POPULAR DO BANGLADESH, COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

01 de Junho de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa  
Nacional





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 39, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº9, de 2017, que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin

**RELATOR ADHOC:** Senador Jorge Viana

01 de Junho de 2017



## PARECER N° , DE 2017 – CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 9, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (PDC nº 34, de 2015, na origem), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.*


  
SF/17224-05722-22

Relatora: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2017, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O acordo foi encaminhado pela Mensagem nº 369, de 2014, da Senhora Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos Conjunta do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, EMI nº 43/2014 MRE MCTI.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem deu origem ao presente Projeto de Decreto Legislativo, formulado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sendo o texto igualmente apreciado pelas



comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Após aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 9 de fevereiro de 2017, a proposição foi remetida ao Senado Federal.

Nesta Casa, após designação para esta Comissão, a proposição veio a minha relatoria em 22 de março de 2017, após o prazo regimental de emendas.

O Acordo, assinado pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Madické Niang, é composto por 13 artigos, precedidos por breve preâmbulo, que faz menção às relações de amizade existentes entre os dois países e estabelece o desenvolvimento mutuamente benéfico das relações científicas e tecnológicas como meio de progredir na cooperação bilateral.

O artigo 1º define como objetivo do instrumento: a cooperação científica e tecnológica bilateral, estipulando como base os princípios da igualdade e do benefício mútuo.

O artigo 2º estipula as modalidades de cooperação entre as Partes, subdividindo-as em: a) intercâmbio de cientistas, pesquisadores ou outros participantes de cursos ou eventos na área científica; b) troca de informações científicas e tecnológicas; c) organização de fóruns, de seminários e de cursos científicos e tecnológicos nos domínios de interesse mútuo; e d) formulação e implementação de programas conjuntos de pesquisa, bem como a aplicação dos seus resultados e o intercâmbio da experiência e do conhecimento assim adquiridos.

O artigo 3º trata dos Ajustes Complementares, mecanismos normativos intermediários aptos a materializar as diretrizes do acordo-quadro que lhes serve de referência, ademais dos projetos, contratos ou programas de trabalho, que são os instrumentos específicos de viabilização da cooperação em concreto. A cooperação envolve tanto instituições públicas quanto privadas, *in verbis*: “instituições governamentais, empresas, instituições de pesquisa, universidades e outras instituições acadêmicas de pesquisa e desenvolvimento”.

SF/17224-05722-22  
|||||



Embora as cláusulas gerais sobre propriedade intelectual e obrigações financeiras sejam desdobradas, respectivamente, nos artigos 7º e 9º do Acordo, que remetem o detalhamento dessa matéria aos projetos, contratos ou programas de trabalho, fica também estipulado, no artigo 3º, § 3º do Acordo, que os Ajustes Complementares incluirão, conforme as legislações nacionais e obrigações internacionais das Partes, dispositivos sobre aquisição, proteção, intercâmbio, transferência e autorização da propriedade intelectual, bem como sobre arranjos financeiros pertinentes e outras questões correlatas. Esses Ajustes incluirão, igualmente, programas de cooperação, dentro dos quais se prevê a elaboração de relatórios bianuais para detalhar as ações implementadas.

O artigo 4º apresenta, como autoridades competentes para executar o Acordo, o Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pelo Brasil, e o Ministério encarregado da Pesquisa Científica, pelo Senegal.

O artigo 5º estabelece que as condições de fornecimento e de entrega dos equipamentos requisitados no âmbito do Acordo devem ser ajustadas por escrito entre as Partes, conforme os respectivos ordenamentos nacionais.

O artigo 6º trata do incentivo à cooperação entre bibliotecas e instituições científicas, particularmente no que diz respeito ao intercâmbio de informações e de documentos completos por meio de redes de comunicação e informação eletrônica.

O artigo 7º determina, como regra geral, que as Partes devem adotar medidas adequadas de proteção dos direitos de propriedade intelectual resultantes da aplicação do Acordo, consoante suas legislações nacionais e obrigações internacionais. Em um nível de detalhamento maior, os projetos, contratos ou programas de trabalho específicos devem dispor sobre as condições para aquisição, gestão e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre os eventuais produtos ou processos obtidos no âmbito do Acordo, bem como as condições de confidencialidade de informações envolvidas. Se possível, devem incluir também regras e procedimentos para a solução de controvérsias em matéria de propriedade

SF/17224-05722-22  
|||||



intelectual, sempre em respeito às normas nacionais e internacionais aplicáveis.

O artigo 8º apresenta a necessidade de prévio consentimento, por escrito, entre as Partes, como restrição ao compartilhamento de informações e à participação de terceiros em programas e projetos decorrentes do Acordo.

O artigo 9º, que versa sobre questões financeiras, estipula uma obrigação, a de que as despesas de viagem, entre os dois países, de cientistas e especialistas ficam a cargo da Parte que os envia, estando as demais despesas submetidas aos termos e condições acordados, por escrito, entre as Partes, ou entre as organizações, empresas e instituições a que se refere o artigo 3º, § 2º do Acordo. O artigo 10 estabelece a obrigação de contratação de um seguro de saúde de todos os funcionários ou especialistas de uma Parte em visita à outra, pelo tempo que esta durar.

Os artigos 11, 12 e 13 trazem as cláusulas finais, com a previsão da entrada em vigor, vigência, avaliação, denúncia, emenda e solução de controvérsias, em condições típicas para esse tipo de acordo bilateral. O Acordo foi celebrado em Brasília, em dois exemplares originais, em português e francês, ambos igualmente autênticos.

## II – ANÁLISE

O Acordo tem como objetivo contribuir para a expansão e o fortalecimento dos laços entre as comunidades científicas dos dois países, por meio do estabelecimento de condições favoráveis para atividades de cooperação.

A Exposição de Motivos Interministerial remete ao Acordo como um instrumento-marco de cooperação científico-tecnológica na expansão e fortalecimento dos laços entre as comunidades científicas dos dois países, por intermédio da organização de eventos bilaterais, do intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, do custeio de atividades e da facilitação do trânsito de pessoal e equipamentos necessários à pesquisa conjunta, entre outras medidas.

SF/17224-05722-22



Constata-se que as comunidades científicas do Brasil e do Senegal irão se beneficiar sobremaneira do intercâmbio de técnicas e conhecimentos entre os dois países. Citem-se, por exemplo, a cooperação entre bibliotecas científicas, centros de informação científica e tecnologia e instituições científicas para o intercâmbio de livros, publicações periódicas e bibliografias, e particularmente para o intercâmbio de informações e de documentos completos por meio de redes de comunicação e informação eletrônica. Ademais, o instrumento permitirá a visitação recíproca de cientistas nas variadas áreas do conhecimento.

SF/17224-05722-22  
|||||

Do ponto de vista financeiro, cabe salientar que a assinatura deste acordo não implica assumir obrigações financeiras. Trata-se apenas de uma conjunção de esforços para o compartilhamento de informações científicas, a realização de intercâmbios e o aproveitamento de sinergias entre ambas as nações, com resultados benéficos para as duas partes envolvidas.

As relações bilaterais entre o Brasil e o Senegal remontam ao século XIX, quando se instalou consulado brasileiro em Dacar. Pouco após a independência do Senegal (1960), foi criada a Embaixada do Brasil em Dacar, a primeira Embaixada brasileira na África subsaariana. A Embaixada do Senegal no Brasil foi inaugurada em 1963. A última década assistiu a um incremento nas relações entre esses dois Estados atlânticos, sendo a cooperação técnica um dos seus eixos centrais. Brasil e Senegal têm parcerias em projetos que abrangem áreas como horticultura, pecuária leiteira, produção de arroz, cultivo da mandioca, agricultura familiar, biocombustíveis e combate à anemia falciforme. A cooperação bilateral em políticas sociais e segurança alimentar representa área de interesse mútuo e potencial desenvolvimento.

O reescalonamento da dívida com o Brasil, concluído em 2013, permitiu que empresas brasileiras interessadas em atuar ou exportar para o Senegal pudessem buscar financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em apreço é um exemplo típico de acordo-quadro de cooperação na modalidade científico-tecnológica, não se desviando das cláusulas-padrão e da



configuração geral dos direitos e deveres das Partes, remetendo ao teor de diversas avenças bilaterais firmadas pelo Brasil em suas relações exteriores no campo da cooperação internacional, seja com países desenvolvidos, seja com países em desenvolvimento ou emergentes.

Este acordo-quadro entre o Brasil e o Senegal oferece oportunidade de aprofundamento das relações bilaterais entre as duas nações amigas e respeitantes da paz, por meio dos altos valores comuns do avanço do conhecimento científico e tecnológico, a ser alcançado pelo intercâmbio de pesquisadores e de informações científicas, bem como pela formação de parcerias entre instituições atuantes na área.

A proteção aos direitos de propriedade intelectual resultantes da aplicação do Acordo está resguardada, assim como a limitação de despesas financeiras decorrentes da viagem, entre os dois países, de cientistas e especialistas, que ficam a cargo da Parte que os envia, e de gastos com saúde do pessoal estrangeiro, que fica obrigado a contrair seguro de saúde pelo tempo da visita à outra Parte.

O detalhamento das condições de cooperação deve ser desdobrado, primeiro, em Ajustes Complementares, firmados entre as Partes, e, depois, em projetos, contratos e programas de trabalho específicos, estabelecidos entre instituições governamentais, empresas, instituições de pesquisa, universidades e outras instituições acadêmicas de pesquisa e desenvolvimento dos dois países. Se os Ajustes Complementares importarem inovação ou modificação em algum tipo de compromisso jurídico internacional para o Brasil, ou ainda se onerarem a União, devem ser submetidos, antes de qualquer efeito jurídico no plano externo, à aprovação congressual, conforme estipula o parágrafo único do art. 1º do projeto de decreto legislativo anexo.

Desse modo, considera-se que o presente Acordo atende aos interesses nacionais e vocaciona-se a cumprir o princípio constitucional da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, prescrito no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

SF/17224-05722-22  
|||||



### III – VOTO

Ante o exposto, em razão da conveniência do tratado e da adequação jurídica de seus termos, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2017.

  
SF/17224-05722-22

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

9

## Relatório de Registro de Presença

**CRE, 01/06/2017 às 09h - 16ª, Extraordinária**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

<b>PMDB</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. VAGO	

<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA	
HUMBERTO COSTA	2. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS	4. ACIR GURGACZ	

<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
JOSÉ AGRIPIINO	4. TASSO JEREISSATI	

<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
LASIER MARTINS	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
ANA AMÉLIA	2. GLADSON CAMELI	PRESENTE

<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. RANDOLFE RODRIGUES	

<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
FERNANDO COLLOR	1. VAGO	
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO	



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PDS 9/2017)**

**REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR JORGE VIANA, E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA**

01 de Junho de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 40, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº14, de 2017, que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senador José Agripino

01 de Junho de 2017



## PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº14, de 2017 (PDC nº 125, de 2015, na Casa de origem), de autoria da Comissão de Relação Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.*


  
SF/17007-38287-77

**RELATOR:** Senador **JOSÉ AGRIPINO**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2017, fruto da Mensagem nº 385, de 17 de novembro de 2014, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em atendimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição. A referida Mensagem submete à consideração desta Casa o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, autora do Projeto de Decreto Legislativo que o aprova, tendo passado ainda pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Aprovado pelo Plenário daquela Casa em 9 de fevereiro de 2017, foi o projeto em seguida enviado ao exame da Câmara Alta.



No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 20 de fevereiro de 2017, vindo a este Relator em 22 de março de 2017, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, das missões diplomáticas, inclusive aquelas junto a organismos internacionais ou repartições consulares da República Federativa do Brasil na República Islâmica da Mauritânia e daquele país no Brasil, possam exercer atividades remuneradas no território do outro Estado, uma vez obtida a respectiva autorização e com base no princípio da reciprocidade.

Segundo o Acordo, são considerados membros dependentes da família o cônjuge; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estejam estudando em universidade ou centro de ensino superior reconhecido por cada Estado e filhos e filhas solteiros com deficiências físicas ou mentais.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte. O Cerimonial informará, com a brevidade possível, à Embaixada que o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada. Ao seu término, a Embaixada deverá informar o Cerimonial, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozarão de imunidade de jurisdição civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas diretamente com seu emprego.

Para os dependentes que, em conformidade com a mencionada Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou outro ato de direito internacional aplicável, gozem de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado, as normas que dispõem sobre esta imunidade serão aplicadas a qualquer ato que resulte da atividade remunerada, mas, no caso de delito grave, o Estado acreditante deve considerar seriamente pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de que goze o membro da família no Estado acreditado.

SF/17007.38287-77



A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente. A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício de tal atividade ou de residir no território da outra Parte uma vez terminada a missão do indivíduo de quem é dependente.

Ademais, as disposições contidas neste Acordo não conferirão ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

Cabe assinalar a vedação contida no Artigo VII, que expressamente determina que as disposições do Acordo não implicarão o reconhecimento automático de títulos e diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território do Estado acreditado. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências impostas a um nacional da outra Parte, candidato ao mesmo emprego.

Os beneficiários do Acordo ficarão sujeitos ao pagamento, no território da outra Parte, de todos os impostos incidentes sobre a renda, estando, também, sujeitos à legislação local de previdência social.

O Acordo em apreço permanecerá em vigor por tempo indeterminado, podendo ser denunciado a qualquer momento por uma das partes, por escrito e por via diplomática. Poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. Entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de recebimento da notificação, pelas Partes, do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos.

## II – ANÁLISE

O ato internacional em exame permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos, consulares, militares, administrativos e técnicos que se encontrem em missão oficial na República Islâmica da Mauritânia que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

SF/17007.38287-77



Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil tem acordos semelhantes firmados com mais de trinta outros países.

Trata-se de reivindicação das novas gerações do serviço exterior brasileiro, no intuito de proporcionar aos dependentes do funcionário transferido espaço profissional próprio e o exercício de atividades outras que não a mera função de acompanhamento.

Ademais, tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

SF/17007.38287-77  
|||||

### III – VOTO

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CRE, 01/06/2017 às 09h - 16ª, Extraordinária**  
**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

<b>PMDB</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ
ROMERO JUCÁ	4. VAGO

<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA
HUMBERTO COSTA	2. JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
LINDBERGH FARIAS	4. ACIR GURGACZ

<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO
JOSÉ AGRIPIINO	4. TASSO JEREISSATI

<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
LASIER MARTINS	1. JOSÉ MEDEIROS
ANA AMÉLIA	2. GLADSON CAMELI

<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
CRISTOVAM BUARQUE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. RANDOLFE RODRIGUES

<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
FERNANDO COLLOR	1. VAGO
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 14/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

01 de Junho de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 41, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº35, de 2017, que Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senador Hélio José

**RELATOR ADHOC:** Senadora Ana Amélia

01 de Junho de 2017



**PARECER N° , DE 2017**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2017 (PDC nº 380, de 2016, na origem), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.*


  
SF/17118.01375-08

**RELATOR:** Senador **HÉLIO JOSÉ**

**I – RELATÓRIO**

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 35, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.

O Presidente da República, pela Mensagem nº 448, de 28 de outubro de 2015, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Na exposição de motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Educação, é ressaltado que *a assinatura do referido Acordo está em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, da promoção da língua portuguesa, e da aproximação entre os países em desenvolvimento, em especial no continente africano.*

O Acordo tem por objeto, nos termos de seu Artigo I, promover, estimular e desenvolver, em regime de reciprocidade, ações nos campos da educação e formação. O âmbito de aplicação do tratado está previsto no Artigo II,



que contempla, entre outros domínios, o intercâmbio entre instituições de ensino; a formação de quadros; a organização de missões; a elaboração conjunta de materiais didático-pedagógicos; o apoio técnico em projetos de formação e capacitação de professores.

O Artigo III dispõe sobre o intercâmbio de docentes, discentes, técnicos, especialistas e pesquisadores. Já o Artigo IV fixa regras para concessão de bolsas no âmbito do Acordo. Há, também, prescrições no sentido de estabelecer disciplina para missões técnicas (Artigo V) e participação em eventos (Artigo VI).

O Acordo estabelece, ainda, uma subcomissão bilateral com a missão de propor ações de cooperação, bem assim acompanhar sua implementação. O texto consigna, por igual, dispositivos sobre solução de eventuais controvérsias, que deverão ser equacionadas por negociação direta entre as Partes, por via diplomática (Artigo VIII).

O ato internacional em análise vigerá, de acordo com o Artigo XI, por período de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por períodos consecutivos de igual duração.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da CF, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação

SF/17118.01375-08



entre os povos para o progresso da humanidade. A assinatura e posterior ratificação do Acordo está, assim, em consonância com esse comando constitucional.

A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. Como destacado nos *consideranda*, os negociadores almejam estreitar e incrementar as relações fraternais de amizade e de cooperação existentes entre os dois países. Nesse sentido, a melhora da cooperação com vistas ao estímulo do progresso técnico de ambos os países pode favorecer, por igual, o desenvolvimento socioeconômico das respectivas populações.

### III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/17118.01375-08  






Senado Federal

5

## Relatório de Registro de Presença

**CRE, 01/06/2017 às 09h - 16ª, Extraordinária**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

<b>PMDB</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. VAGO	

<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA	
HUMBERTO COSTA	2. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAZ	4. ACIR GURGACZ	

<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
JOSÉ AGRIPIINO	4. TASSO JEREISSATI	

<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
LASIER MARTINS	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
ANA AMÉLIA	2. GLADSON CAMELI	PRESENTE

<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. RANDOLFE RODRIGUES	

<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
FERNANDO COLLOR	1. VAGO	
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO	



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 35/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADA RELATORA “AD HOC” A SENADORA ANA AMÉLIA, E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

01 de Junho de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 42, DE 2017**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº47, de 2017, que Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senador Pedro Chaves

## **RELATOR ADHOC: Senador Jorge Viana**

01 de Junho de 2017





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **PEDRO CHAVES****PARECER N° , DE 2017**

SF/17622.44136-40

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 47, de 2017 (Projeto de Decreto Legislativo nº 521/2016, na Casa de origem), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.*

Relator: Senador **PEDRO CHAVES****I – RELATÓRIO**

Com fundamento nos artigos 49, inciso I e 84, inciso VIII, da Constituição Federal, a Senhora Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 449, de 28 de outubro de 2015, o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

A Mensagem foi aprovada na Câmara dos Deputados na forma de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES  
Senado Federal – Ala Afonso Arinos, Gabinete nº 02  
70.165-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3303-2969  
Fax: (61) 3303-1926





## SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Defesa Nacional, apreciado também pelas comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania e ora chega à Casa revisora.

SF/17622.44136-40

O compromisso internacional sob análise é o primeiro instrumento assinado entre os dois países e visa a *estimular a cooperação educacional e o desenvolvimento científico, de modo a contribuir para o melhor entendimento mútuo, observadas as legislações nacionais vigentes* (artigo I). Nesse contexto, sem prejuízo de convênios firmados diretamente entre as instituições de ensino e entidades afins de ambos os países, destaca o artigo II, o Acordo tem por objetivos: *a cooperação educacional no âmbito da educação avançada; a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio de informações e experiências; e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores.*

O artigo III assinala que *as Partes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo II pela promoção de atividades de cooperação em diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de: a) intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação em instituições de educação superior; b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa; c) intercâmbio de professores e pesquisadores, por longos ou curtos períodos, para desenvolver atividades específicas acordadas previamente entre instituições de ensino superior; e d) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas.*

Conforme o artigo IV do Acordo, as Partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e do idioma da outra Parte em seu território. O texto pactuado não se aplica ao reconhecimento e a revalidação de diplomas e títulos acadêmicos, os quais, por força do art. V, estarão sujeitos à legislação nacional de cada uma das Partes.

Nos artigos VI e VII, o instrumento trata, respectivamente: do ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte e dos sistemas de bolsas ou facilidades a pesquisadores e estudantes que busquem aperfeiçoamento acadêmico e profissional. Já o artigo VIII dispõe sobre *sistemas de bolsas ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirirem aperfeiçoamento acadêmico e profissional.*





## SENADO FEDERAL

### Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Conforme o artigo IX, as Partes definirão, por meio dos instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo.

As regras sobre implementação e vigência do Acordo estão no artigo X. Assim, o tratado entrará em vigor na data de recepção da última notificação, após o cumprimento dos requisitos internos de cada Parte. Sua vigência é 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por iguais e sucessivos períodos, salvo se uma das Partes denunciá-lo com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data de expiração.

O art. XI, por seu turno, fixa que as controvérsias relativas à interpretação ou à implementação do Acordo deverão ser solucionadas por meio de negociação entre as Partes.

## II – ANÁLISE

O referido Acordo constitui-se no que se denomina acordo-quadro ou “tratado guarda-chuva”, eis que seus dispositivos não limitam a cooperação a determinada área da educação, mas sim possibilitam a assinatura de acordos, programas e projetos específicos, inclusive diretamente pelas instituições de ensino. Nesse sentido, é bastante salutar para o fomento à Educação de qualidade em ambos os países.

Sob o prisma das relações internacionais, julgamos que o compromisso internacional regula de modo satisfatório a cooperação educacional bilateral, constituindo-se em instrumento de intercâmbio e de aproximação entre as Partes, razão pela qual se coaduna com o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Portanto, pela relevância das ações a serem desenvolvidas no campo da Educação e por entender que a aprovação deste Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia trará benefícios às Partes, aos povos dos dois países, além de fortalecer os laços de amizade que unem essas nações.

SF/17622.44136-40





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **PEDRO CHAVES****III – VOTO**

Por todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2017.

Sala da Comissão, 09 de maio 2017.

SF/17622.44136-40

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator





## Relatório de Registro de Presença

**CRE, 01/06/2017 às 09h - 16ª, Extraordinária**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

<b>PMDB</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS	
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP	
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. VAGO	

<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA	
HUMBERTO COSTA	2. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS	4. ACIR GURGACZ	

<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
JOSÉ AGRIPIINO	4. TASSO JEREISSATI	

<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
LASIER MARTINS	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
ANA AMÉLIA	2. GLADSON CAMELI	PRESENTE

<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. RANDOLFE RODRIGUES	

<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>		
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>	
FERNANDO COLLOR	1. VAGO	
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO	



## DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 47/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR JORGE VIANA, E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA

01 de Junho de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



# Recursos



Recebidos os Recursos nºs 6 e 7, de 2017, interpostos no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 584, de 2011, e 443, de 2016, respectivamente.

As matérias ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

**6  
RECURSO N° DE 2017**

Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 584/2011, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências , deliberado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.



Página: 1/1 24/05/2017 12:08:26

f2e30f7d8fca8f6c0bf16d95c2e96fb2d002482



Sala das Sessões em,  
 Senador Flexa Ribeiro  
 (PSDB - PA)  
 João Victor da Silva Pereira  
 Estagiário-SLSF

Recebido em 30/05/17  
 Hora: 19:05


**RECURSO N° 7, DE 2017**

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2016, que “*Acrescenta inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de mãe trabalhadora responsável pelo sustento da família.*”, seja submetido ao Plenário desta Casa.


  
SF/17280.15032-69

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2017.

**SENADOR**

2	WILMAR MAMOMIS	
3	EDUARDO LOPES	
4	Ivo Cassol	
5	AIRTON SANTOS	
6		JOSÉ MARONITA
7		JOSÉ MEDEIROS
8		JOSÉ SERRA
9	VALDIR RAUPP	
10	EDUARDO FERREIRA	

Recebido em 01/06/17  
Hora: 17:14

João Victor da Silva Pereira  
Estagiário-SLSF



Página: 1/1 31/05/2017 15:56:06

70efffd9d69aa4434fcfcf9bb902000d9c3fc46625be

# Término de prazos



Encerrou-se no dia 1º de junho o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2016.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 1º de junho o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 79, de 2015; e 15, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 1º de junho de 2017 o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016.

Tendo sido aprovada terminativamente pela CAS, a matéria vai à Câmara dos Deputados.



**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 30**

RQM nº 158/2017	Ciro Nogueira	L8.112/90 Art. 97, III, b	02/05/2017	Licença Nojo.
RQM nº 174/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	11/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 176/2017	Lindbergh Farias	RISF Art. 13	09/05/2017 e 10/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 177/2017	Paulo Rocha	RISF Art. 13	10/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 179/2017	Wilder Morais	RISF Art. 13	10/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 180/2017	Wilder Morais	RISF Art. 13	11/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 183/2017	Romário	RISF Art. 43, I	De 02/05/2017 a 11/05/2017	Licença saúde.
RQM nº 184/2017	Edison Lobão	RISF Art. 43, I	De 15/05/2017 a 13/07/2017	Licença saúde.
RQM nº 185/2017	Valdir Raupp	RISF Art. 13	18/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 186/2017	Antonio Carlos Valadares	RISF Art. 43, I	De 17/05/2017 a 23/05/2017	Licença saúde.
RQM nº 187/2017	Wilder Morais	RISF Art. 13	18/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 188/2017	Acir Gurgacz	RISF Art. 13	24/05/2017 e 25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 189/2017	Maria do Carmo Alves	RISF Art. 13	23/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 190/2017	Dário Berger	RISF Art. 13	23/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 191/2017	Ângela Portela	RISF Art. 13	23/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 192/2017	Pedro Chaves	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 193/2017	Renan Calheiros	RISF Art. 13	23/05/2017	Atividade parlamentar. RQM acompanhado de nota taquigráfica.
RQM nº 194/2017	Jorge Viana	RISF Art. 13	23/05/2017	Atividade parlamentar. RQM acompanhado de nota taquigráfica.
RQM nº 195/2017	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 196/2017	Otto Alencar	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 197/2017	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 198/2017	Eduardo Lopes	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 199/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 200/2017	Zeze Perrella	RISF Art. 13	De 23/05/2017 a 25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 201/2017	Antonio Carlos Valadares	RISF Art. 43, I	De 24/05/2017 a 30/05/2017	Licença saúde.
RQM nº 202/2017	Valdir Raupp	RISF Art. 13	25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 203/2017	José Maranhão	RISF Art. 13	23/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 204/2017	Jader Barbalho	RISF Art. 13	De 23/05/2017 a 25/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 205/2017	Jorge Viana	RISF Art. 13	10/05/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 206/2017	Zeze Perrella	RISF Art. 13	30/05/2017	Atividade parlamentar.



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**(por Unidade da Federação)**

**Bahia**

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

**Rio de Janeiro**

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

**Maranhão**

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

**Pará**

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

**Pernambuco**

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

**São Paulo**

**PMDB** - Airton Sandoval\* (S)  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

**Minas Gerais**

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

**Goiás**

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

**Mato Grosso**

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PSD** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

**Rio Grande do Sul**

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

**Ceará**

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

**Espírito Santo**

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

**Piauí**

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**PMDB** - Elmano Férrer\*\*

**Rio Grande do Norte**

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

**Santa Catarina**

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

**Alagoas**

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

**Sergipe**

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019   \*\*: Período 2015/2023

**Amazonas**

**PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

**Paraná**

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PV** - Alvaro Dias\*\*

**Acre**

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

**Mato Grosso do Sul**

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

**Distrito Federal**

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

**Rondônia**

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

**Tocantins**

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**PMDB** - Kátia Abreu\*\*

**Amapá**

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

**Roraima**

**Bloco-PDT** - Ângela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Telmário Mota\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55<sup>a</sup> LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### **PMDB - 22**

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

#### **Bloco Social Democrata - 16**

**PSDB-11 / DEM-4 / PV-1**

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

#### **Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12**

**PP-7 / PSD-5**

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

#### **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11**

**PT-9 / PDT-2**

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

#### **Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10**

**PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

#### **Bloco Moderador - 9**

**PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

**PTC-1**

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Márgio Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

#### **S/Partido - 1**

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55<sup>a</sup> LEGISLATURA

**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019   \*\*: Período 2015/2023



## COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

**1º** Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

**2º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)

**3º** Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

**4º** Cidinho Santos - (PR-MT)



# COMPOSIÇÃO

## LIDERANÇAS

<b>PMDB - 22</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> (106,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)	<b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 6</b> <b>Líder</b> <b>José Agripino - DEM</b> (32,52) Vice-Líderes Ricardo Ferrão (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,129) Ataídes Oliveira (78)  <b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Paulo Bauer</b> (104) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferrão (74,85,112)  <b>Líder do DEM - 4</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)  <b>Líder do PV - 1</b> <b>Alvaro Dias</b> (17,66)	<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</b> <b>Líder</b> <b>Wilder Morais - PP</b> (39,122,133) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49)  <b>Líder do PP - 7</b> <b>Benedito de Lira</b> (107)  <b>Líder do PSD - 5</b> <b>Omar Aziz</b> (45,100) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</b> <b>Líder</b> <b>Gleisi Hoffmann - PT</b> (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Regina Sousa (35)  <b>Líder do PT - 9</b> <b>Gleisi Hoffmann</b> (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,127) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126)  <b>Líder do PDT - 2</b> <b>Acir Gurgacz</b> (8,30,116)	<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b> <b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69) Vanessa Grazziotin (15,20)  <b>Líder do PSB - 7</b> <b>Fernando Bezerra Coelho</b> (102,132) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111)  <b>Líder do PPS - 1</b> <b>Cristovam Buarque</b> (64)  <b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (15,20)  <b>Líder do REDE - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (19,23,91)	<b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b> <b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PR</b> (42,46,108) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,105,128)  <b>Líder do PTB - 2</b> <b>Armando Monteiro</b> (97)  <b>Líder do PR - 4</b> <b>Vicentinho Alves</b> (101) Vice-Líder do PR Magno Malta (109)  <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Pedro Chaves</b> (110)  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (81,95)  <b>Líder do PTC - 1</b> <b>Fernando Collor</b> (5,6,67,70)
<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,132) José Medeiros (12,14,18,88,130) Davi Alcolumbre (75,87,129) Wilder Morais (39,122,133) Flexa Ribeiro (134) Sérgio Petecão (10,131)	<b> Maioria</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> (106,123)	<b>Minoria</b> <b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (16,22,50,53,79,90,113)

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2<sup>a</sup> vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN ).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2<sup>a</sup> vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2<sup>a</sup> vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4<sup>a</sup> vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
105. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n°-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1<sup>a</sup> Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### **1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**

**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016

**Leitura:** 13/07/2016

**Instalação:** 12/07/2016

#### **MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

### **CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016**

#### **PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

\*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\*. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\*. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 61 - 3303 3514

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



### 3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



**4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado: 15/08/2017**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### **MEMBROS**

---

Admar Gonzaga Neto

---

Arnaldo Versiani Leite Soares

---

Carlos Caputo Bastos

---

Carlos Mário da Silva Velloso

---

Edson de Resende Castro

---

Fernando Neves da Silva

---

Hamilton Carvalhido

---

Joelson Costa Dias

---

José Antonio Dias Toffoli

---

José Eliton de Figueiredo Júnior

---

Luciana Müller Chaves

---

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

---

Márcio Silva

---

Marcus Vinicius Furtado Coelho

---

Roberto Monteiro Gurgel Santos

---

Raimundo Cezar Britto

---

Torquato Lorena Jardim

---

Geraldo Agosti Filho

---

José Rollemburg Leite Neto

---

Walter de Almeida Guilherme

---

Roberto Carvalho Velloso

---

Henrique Neves da Silva

---

Ezikelly Silva Barros

**Notas:**

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

---

Mauro Campbell Marques

---

José Antonio Dias Toffoli

---

Paulo Rabello de Castro

---

João Geraldo Piquet Carneiro

---

Ives Sandra Martins

---

Otavio Luiz Rodrigues Junior

---

Aristóteles de Queiroz Camara

---

Mary Elbe Queiroz

---

Eumar Roberto Novacki

---

Gabriel Rizza Ferraz

---

Antonio Helder Medeiros Rebouças

---

Daniel Vieira Bogéa Soares

---

Luciana Leal Brayner

---

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

---

Everardo de Almeida Maciel

---

Eduardo Maneira

---

Heleno Taveira Torres

---

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

---

Cleide Regina Furlani Pompermaier

---

Leonardo Carneiro da Cunha

**Notas:**

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) CPI DA PREVIDÊNCIA

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 21/03/2017

**Instalação:** 26/04/2017

**Prazo final:** 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (ES) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dário Berger (SC) <sup>(5)</sup>
Senador Hélio José (DF) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
VAGO <sup>(2,7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(4)</sup>	

**Notas:**

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegera os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPRev).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

**Telefone(s):** 61 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



**2)CPI DOS MAUS-TRATOS**

**Finalidade:** Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
	1.
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	



### 3) CPI DO BNDES

**Finalidade:** Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 25/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
	1. 2.
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	1. 2.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	1.



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Kátia Abreu (6)	1. Senador Eduardo Braga (6,9)
Senador Roberto Requião (6,9)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	3. Senador Elmano Férrer (6)
Senador Raimundo Lira (6)	4. Senador Waldemir Moka (6)
Senadora Simone Tebet (6)	5.
Senador Valdir Raupp (6)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,13)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5. Senadora Maria do Carmo Álvares (DEM-SE) (6)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (8,10)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,11,12)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maoria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (14)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

**Notas:**

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,19)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6,11,13,19)</sup>
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6,19)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6)</sup>	6. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3,12)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	5. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomcj@senado.gov.br



### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Senadora Simone Tebet (7)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(19)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(11)</sup>	1. Senador Airton Sandoval <sup>(11,14)</sup>
Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>	2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>	3.
Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6,15)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6,17,18)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(6)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(6,12,16)</sup>

**Notas:**

- \* Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

**Notas:**

- \* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferreira foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferreira deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## 6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### **6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>	1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>	3. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5)</sup>	2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(6)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(3,10,14,15)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

- \*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

**Notas:**

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286



### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

**Notas:**

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	3.
Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	1.
VAGO <sup>(2,9)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,10,11)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPDRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br



## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3.
Senador João Alberto Souza (8)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO (5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

**Notas:**

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8h:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## 11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8h:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>	1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>
Senador Hélio José <sup>(3)</sup>	2.
Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) <sup>(7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(5,10)</sup>

**Notas:**

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 61 33034440

**E-mail:** csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros (10)	1.
Senador Airton Sandoval (10)	2.
Senador Dário Berger (10)	3.
Senador Romero Jucá (10)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

**Notas:**

- \* Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Oscar Pener do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



## CONSELHOS e ÓRGÃOS

### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 03/02/2017

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

### PRESIDENTE:

### VICE-PRESIDENTE:

1 <sup>a</sup> Eleição Geral: 19/04/1995	7 <sup>a</sup> Eleição Geral: 14/07/2009
2 <sup>a</sup> Eleição Geral: 30/06/1999	8 <sup>a</sup> Eleição Geral: 26/04/2011
3 <sup>a</sup> Eleição Geral: 27/06/2001	9 <sup>a</sup> Eleição Geral: 06/03/2013
4 <sup>a</sup> Eleição Geral: 13/03/2003	10 <sup>a</sup> Eleição Geral: 02/06/2015
5 <sup>a</sup> Eleição Geral: 23/11/2005	11 <sup>a</sup> Eleição Geral: 30/05/2017
6 <sup>a</sup> Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. Senador Hélio José (DF)
	4. (I)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,3)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4,5)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

**Atualização:** 31/05/2017

**Notas:**

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº021/2017 - GSEFERRE.
- Eleito membro titular do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:**

**1<sup>a</sup> Designação:** 03/12/2001  
**2<sup>a</sup> Designação:** 26/02/2003  
**3<sup>a</sup> Designação:** 03/04/2007  
**4<sup>a</sup> Designação:** 12/02/2009  
**5<sup>a</sup> Designação:** 11/02/2011  
**6<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013  
**7<sup>a</sup> Designação:** 26/11/2015

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

---

VAGO

---

**PT**

---

VAGO

---

**PSDB**

---

VAGO

---

**PSB**

---

VAGO

---

**PDT**

---

VAGO

---

**PR**

---

VAGO

---

**PSD**

---

VAGO

---

**DEM**

---

VAGO

---

**PP**

---

VAGO

---

**PTB**

---

VAGO

---

**PPS**

---

VAGO

---

**PCdoB**

---

VAGO

---

**REDE**

---

VAGO

---

**PSC**

---

VAGO

---

**PRB**

---

VAGO

---

**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

---

**MEMBROS**

---

**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

**PMDB**

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

---

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

**1<sup>a</sup> Designação:** 23/03/2010  
**2<sup>a</sup> Designação:** 14/03/2011  
**3<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013  
**4<sup>a</sup> Designação:** 04/03/2015

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PR**

VAGO

**PSD**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PP**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PPS**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PRB**

VAGO

**REDE**

VAGO

---

**Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

### MEMBROS

**PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PR**

VAGO

**PSD**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PP**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PPS**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PRB**

VAGO

**REDE**

VAGO

Atualização: 11/11/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB****PTB**

VAGO

**PP**

VAGO

**PDT****PSB**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PR**

VAGO

**PSD**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PV**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PSOL**

VAGO

**Representante da sociedade civil organizada**

VAGO

**Pesquisador com produção científica relevante**

VAGO

**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

VAGO

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**VAGO

---

**PT**VAGO

---

**PSDB**VAGO

---

**PSB**VAGO

---

**PDT**VAGO

---

**PR**VAGO

---

**PSD**VAGO

---

**DEM**VAGO

---

**PP**VAGO

---

**PTB**VAGO

---

**PPS**VAGO

---

**PCdoB**VAGO

---

**PSC**VAGO

---

**PRB**VAGO

---

**PSOL**VAGO

---

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PR**

VAGO

**PSD**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PP**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PPS**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PRB**

VAGO

**REDE**

VAGO

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

**1<sup>a</sup> Designação:** 16/11/1995  
**2<sup>a</sup> Designação:** 30/06/1999  
**3<sup>a</sup> Designação:** 27/06/2001  
**4<sup>a</sup> Designação:** 25/09/2003  
**5<sup>a</sup> Designação:** 26/04/2011  
**6<sup>a</sup> Designação:** 21/02/2013  
**7<sup>a</sup> Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

## 12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL Atualização: 31/01/2015

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



### 13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(1)</sup>

**1<sup>a</sup> Designação:** 14/03/2011  
**2<sup>a</sup> Designação:** 21/03/2012  
**3<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013  
**4<sup>a</sup> Designação:** 26/03/2014  
**5<sup>a</sup> Designação:** 01/07/2015

#### MEMBROS

**PMDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PR**

VAGO

**PSD**

VAGO

**DEM**

VAGO

**PP**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PPS**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PRB**

VAGO

**REDE**

VAGO

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

\*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

1. Eleitos na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho, em 28/10/2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**  
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

---

**Notas:**

\*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



## 17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 01/07/2015

### MEMBROS

**DEM**

VAGO

**PCdoB**

VAGO

**PDT**

VAGO

**PMDB**

VAGO

**PP**

VAGO

**PPS**

VAGO

**PR**

VAGO

**PRB**

VAGO

**PSB**

VAGO

**PSC**

VAGO

**PSD**

VAGO

**PSDB**

VAGO

**PT**

VAGO

**PTB**

VAGO

**REDE**

VAGO

Atualização: 01/06/2016

**Notas:**

\*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

### Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PDT****PSB****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PV****PTC****Notas:**

\*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.brSecretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

